

**Adriano Beiras  
Alan Bronz**

**Metodologia**  
de grupos reflexivos de gênero

instituto  
**NOOS**



**INSTITUTO NOOS**

**Projeto +Pai**  
**Metodologia de grupos reflexivos**  
**de gênero**

Rio de Janeiro,  
setembro de 2016

**Coordenador técnico:**

Marco Julián Martínez Moreno

**Autores:**

Adriano Beiras

Alan Bronz

**Revisão técnica:**

Marco Julián Martínez Moreno

Delaine Costa

Rosana Rapizo

**Coordenação do grupo focal:**

Marina Sidrim Teixeira

**Equipe de execução do grupo focal:**

Mariah Maia

Waldnei de Abreu

**Participantes do grupo focal:**

Bianca Cappelli

Carlos Eduardo Zuma

Irene Loewenstein

Luiz Costa

Márcia Guinancio

Márcio Luiz Ferreira

Marcos Nascimento

Maria Daniella Binato de Castro

**Coordenação de cursos de facilitação de grupos reflexivos de gênero:**

Irene Loewenstein

**Produção editorial**

Anna Carla Ferreira

**Copidesque**

Rodrigo Peixoto

**Capa**

Estúdio 513

**Editoração eletrônica**

Abreu's System

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Beiras, Adriano

Metodologia de grupos reflexivos de gênero / Adriano Beiras, Alan Bronz. – Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

Bibliografia.

ISBN 978-85-86132-22-3

1. Homem-mulher – Relacionamento 2. Identidade de gênero 3. Metodologia 4. Relações de gênero 5. Violência contra mulheres 6. Violência familiar I. Bronz, Alan. II. Título.

16-09282

CDD-305.3

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Relações de gênero: Psicologia social 305.3

Agradecemos a todas e todos as/os participantes dos *Cursos de facilitação de grupos reflexivos de gênero* realizados no Rio de Janeiro (março, maio e agosto de 2015) e, em especial, aos participantes da edição de São Paulo (outubro de 2015) pelas contribuições que auxiliaram no aprimoramento desta metodologia.

# Sumário

Apresentação I	6
Apresentação II	8
Capítulo 1 – Ampliando as conversas	10
Capítulo 2 – Conversando sobre gênero	16
Capítulo 3 – Referenciais teóricos	25
Capítulo 4 – Passo a passo da metodologia dos grupos reflexivos de gênero	31
Capítulo 5 – Bibliografia complementar e links úteis	38
Referências bibliográficas	43

# Apresentação I

**F**oi com muita satisfação que recebi o convite para escrever uma apresentação para a publicação sobre a metodologia de grupos reflexivos de gênero do Instituto Noos. Como parceiro, colaborador e amigo, acompanho a trajetória do Noos há muitos anos. Trajetória essa que se confunde com as mudanças sociais, históricas e políticas relativas ao tema das relações de gênero e da violência contra mulheres, crianças e adolescentes, e das famílias homoparentais.

Tomando as conferências de Cairo (1994) e Beijing (1995) como marcos internacionais importantes, podemos verificar que, já naquele momento, os movimentos sociais em prol de maiores equidade e igualdade assinalavam a necessidade e a importância da inclusão dos homens para ampliar a justiça de gênero em todo o mundo.

Nesse sentido, a atuação do Noos representa uma valiosa contribuição para esse campo. O Noos tem um trabalho pioneiro relacionado à violência intrafamiliar e de gênero, dedicando-se, por meio de campanhas, atividades de sensibilização e da realização de grupos reflexivos de gênero, a promover relações mais equitativas e igualitárias entre homens e mulheres desde fins da década de 1990.

Nos primeiros anos do século XXI, no âmbito das políticas públicas, como assinala este documento, assistimos a grandes transformações. A violência contra as mulheres deixou de ser considerada algo de “menor potencial ofensivo” (Lei 9.099/1995); a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada; e houve a promulgação da Lei Maria da Penha, a qual constituiu um marco legal, preconizando que fossem asseguradas às mulheres “oportunidades e facilidades para viver sem violência” (Lei 11.340/2006, no seu artigo 2º), trazendo o trabalho com agressores (nas palavras da lei) para o cenário jurídico-legal.

No âmbito do movimento social brasileiro, por meio da mobilização de organizações da sociedade civil, dentre as quais, o Noos, surgiram a Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), a Campanha Brasileira do Laço Branco e, posteriormente, a *MenEngage Alliance*, promovendo debates locais e internacionais sobre a inclusão dos homens no enfrentamento da violência contra as mulheres. E, em ambos os casos, a participação do Noos foi fundamental como referência no campo de enfrentamento da violência intrafamiliar e de gênero.

Se, por um lado, o enfrentamento e a prevenção da violência contra as mulheres no âmbito das relações familiares e de gênero representam um desafio constante no cenário brasileiro e internacional, por outro, me parece oportuna (e bem-vinda) essa sistematização de um trabalho que contempla as dimensões sociais, culturais, políticas e históricas sobre a violência, trazendo à luz sua complexidade e fornecendo pistas a partir de uma experiência reflexiva (me permitindo o trocadilho) acumulada em mais de 20 anos de trabalho.

Trabalhar com homens nesse cenário sempre me pareceu necessário e desafiador.

Necessário porque a inclusão dos homens autores de violência (ou mesmo dos que não tenham cometido atos de violência contra suas parceiras ou outras mulheres) precisa ser considerada parte importante da solução dessa problemática. Se eles são parte do problema, precisam ser considerados parte da solução, este é um dos meus “mantras”.

Ao mesmo tempo, é desafiador porque realizar esse tipo de trabalho envolve processos reflexivos internos e de diálogo externo com várias instâncias, como organizações da sociedade civil, movimentos sociais e organismos estatais ligados à segurança pública e à justiça, mostrando a complexidade e a variedade de atores e atrizes que militam nesse campo. Além disso, em um primeiro momento, requer o desenvolvimento e a sistematização de metodologias, financiamentos e pessoal qualificado para sua realização.

Acredito que, mais que apresentar referenciais teóricos e/ou metodológicos, este documento resgata parte da história recente sobre as relações de gênero e, com inspiração ética e política, traz à cena novas configurações de relações entre homens e mulheres, e de maneira mais abrangente para a sociedade em geral.

Marcos Nascimento

Pesquisador da Fiocruz/Instituto Fernandes Figueira

# Apresentação II

**A** percepção de que homens e mulheres, desde a mais tenra idade, são diferentes por *natureza* e a decorrente expectativa, assim criada, de que homens e mulheres devam se comportar de maneira diferente, e muitas vezes oposta, têm como subproduto muitos dos problemas psicossociais que enfrentamos hoje em todas as sociedades ao redor do mundo, em maior ou menor grau.

A violência e o abuso cometidos contra as mulheres em geral; a violência contra a mulher perpetrada por parceiros ou ex-parceiros íntimos; o abuso e a exploração sexual de crianças; a gravidez precoce; a iniquidade das remunerações de homens e mulheres no mercado de trabalho; a intolerância para as matizes de expressão sexual dentro das famílias com a conseqüente fuga de casa e o suicídio de jovens homossexuais; a divisão desigual do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos; e homens jovens que matam e morrem em países em guerra são problemas que, apesar de muito diversos, e considerando a condição complexa ou multifatorial de cada um, passam pela rigidez de nossas expectativas enquanto sociedade, assim como pelo comportamento de homens e mulheres, rapazes e moças, meninos e meninas. Também pela hierarquização de características e diferenças, que colocam umas como mais desejáveis ou valorizadas que outras, trazendo a ideia de subalternidade e submissão de uns em relação a outros.

Estamos todos imersos nesse mesmo caldo cultural machista, patriarcal, androcêntrico e heteronormativo e é necessário um exercício cotidiano de autovigilância para manter-nos reflexivos, uma tentativa de abrir distância suficiente para que a crítica consiga perpassar, possibilitando o surgimento de posturas mais desejáveis, que tragam conseqüências positivas para a qualidade do convívio.

São muitos os caminhos na promoção de mudanças consistentes e efetivas na nossa sociedade e na nossa cultura. No âmbito da temática das relações de gênero, passa pela denúncia de injustiças, pela publicidade de modos de vida alternativos, pela despatologização do diferente, pelas discussões e pelos debates públicos. Passa também por pessoas corajosas que dão seu exemplo na desconstrução dos estereótipos. Pessoas como o cartunista Laerte, por exemplo, que vêm a público mostrar outras possibilidades de expressão de identidade, que bagunçam e subvertem o hegemônico, contribuem para essa desorganização do estabelecido e já enrijecido modelo e para a promoção de uma nova ordem mais libertária.

Pelo Instituto Noos passaram cerca de 355 homens, chegando de forma obrigatória, encaminhados pela justiça, ou por demanda própria. Testamos variações de grupo aberto e fechado, conduzidos exclusivamente por facilitadores homens e por homem e mulher juntos. Passaram também 193 mulheres por nossos grupos. Atendemos mais de 364 famílias com situações de violência em suas relações. Aplicamos 186 questionários e realizamos, pelo menos, 20 grupos focais



para a avaliação do serviço. Realizamos mais de 114 oficinas de sensibilização e estabelecemos parcerias com tribunais e juizados. Capacitamos cerca de 150 facilitadores de grupos reflexivos de gênero e publicamos a primeira versão da descrição de nossa metodologia em 2004. Recentemente, a partir de um mapeamento que realizamos, identificamos 25 instituições que já utilizam a metodologia dos grupos reflexivos de gênero pelo Brasil. Além disso, publicamos nossa cartilha de sensibilização sobre o tema da violência intrafamiliar e de gênero, em parceria com o Instituto Avon em 2010, e a fotonovela *Futuros possíveis: sua atitude define seu destino*, em parceria com o Cecip (Centro de Criação de Imagem Popular) e com o Instituto Avon em 2011. Contribuímos com aulas sobre a temática da violência intrafamiliar e de gênero no curso de Residência para Médicos de Família e Comunidade, da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), e com uma palestra semestral para o primeiro ano de medicina da UFF (Universidade Federal Fluminense).

Esse trabalho está conectado a redes nacionais e internacionais que buscam envolver e engajar os homens pelo fim da violência contra as mulheres, além de promover a transformação dos homens e de como entendemos as masculinidades.

Os resultados dos 16 anos de experiência na condução de grupos reflexivos de gênero, realizados com homens e mulheres nesses 22 anos de existência do Instituto Noos, nos credenciam a propor a adoção dessa metodologia de conversa para grupos além daqueles formados por pessoas que vivem ou viveram situações de violência de gênero, sejam autores ou vítimas. Preconizamos a realização de grupos para reflexão sobre relações de gênero nas escolas, nas empresas e nas diferentes instituições que congreguem pessoas.

Propor uma metodologia, um formato estruturado de conversa que promova um contexto que facilite a reflexão, que ajude a olharmos para nossas contradições e enxergá-las como aberturas para a inovação em nossa forma de agir e estar no mundo, retrata o desejo do Instituto Noos de contribuir para acelerar a aeração desse caldo cultural, multiplicando esses espaços de reflexão sobre gênero, escalonando essa transformação.

Nosso desejo é que a revisão desta publicação que descreve a metodologia dos grupos reflexivos de gênero venha a inspirar outros a se juntarem a esse caminho e a proporem outros fazeres.

Carlos Eduardo Zuma  
Cofundador e Membro do Conselho Gestor  
Instituto Noos

# AMPLIANDO AS CONVERSAS

**O** Instituto Noos completou 22 anos em 2016. Foi fundado por dois psicólogos e dois psiquiatras que se conheceram enquanto cursavam uma especialização em terapia de família sistêmica. Eles entenderam que a visão sistêmica poderia embasar práticas que extrapolassem as paredes dos consultórios e decidiram criar uma organização que se dedicasse a projetos na área social.

A inclusão da violência intrafamiliar e de gênero, temática que tornou o Noos conhecido, ocorreu casualmente. Uma das primeiras atividades do Instituto foi a oferta da terapia de família à parcela da população que não tinha como arcar com os custos do atendimento. No entanto, verificou-se que as situações de violência que emergiam dentro da família eram recorrentes, o que atraiu a atenção dos fundadores da instituição para a importância de investir em ações que pudessem trabalhá-las especificamente. Como resultado, foi criado o *Programa de prevenção à violência intrafamiliar e de gênero*, que perdura até hoje e inclui campanhas, sensibilizações, atendimentos, *advocacy*, pesquisa e capacitações.

No âmbito deste programa, o trabalho com homens em situação de violência intrafamiliar e de gênero nos grupos reflexivos teve o maior destaque. Este trabalho começou a partir da formação de um grupo de homens, composto majoritariamente por psicólogos, que foram convidados a participar de uma pesquisa intitulada *Homens, saúde e vida cotidiana*, coordenada por uma equipe composta por pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal do Rio de Janeiro na sede do Instituto Noos. A pesquisa requeria que o grupo se submetesse a um processo de reflexão pessoal acerca de sua identidade de gênero. Ao final deste processo, o grupo manifestou interesse em aprofundar os estudos sobre o tema da violência provocada por homens e formou uma equipe no Instituto Noos, intitulada “Núcleo de gênero, saúde e cidadania”, coordenado por Fernando Acosta, (que também foi um dos autores da primeira versão da metodologia).

Em 1999, este núcleo realizou os dois primeiros grupos com homens. Um deles constituído por policiais militares do 9º Batalhão do Município do Rio de Janeiro, no bairro de Rocha Miranda, que estavam detidos no quartel por terem cometido uma série de delitos. O outro foi realizado nas instalações do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDIM), à época ligado ao Gabinete do Governador do Estado do Rio de Janeiro, com homens encaminhados sobretudo pelo Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM).

Estas experiências foram alvissareiras e prepararam a equipe para a etapa seguinte: o estabelecimento de um convênio com o Ministério da Justiça para a execução de um projeto que associaria os grupos com homens à aplicação de penas alternativas. Isto se relacionava à Lei nº 9.099, de 1995, que instituiu os Juizados Especiais Criminais (JECrims), locais onde as situações de violência nas relações eram julgadas de forma mais célere. O projeto foi executado em parceria com o Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM), do município de

São Gonçalo, que também realizava grupos com homens. Em seguida, a Fundação MacArthur aportou recursos para que o Instituto Noos, em parceria com o Instituto Promundo, ampliasse o número de grupos, realizasse uma pesquisa sobre homens, violência de gênero e saúde reprodutiva e publicasse a metodologia utilizada.

*Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero* foi publicada em 2004. Sua principal finalidade era difundir a proposta para que pudesse ser reproduzida em outros lugares. O texto trazia não só a descrição de todas as etapas do trabalho, como também uma discussão teórica, tanto jurídica quanto do campo dos estudos de gênero que fundamentava o trabalho. Desde então, esse modelo foi aplicado em três projetos, dois deles financiados pelo Instituto Avon: Paz em Casa, Paz no Mundo I e II, e o mais recente, financiado pelo Ministério de Relações Exteriores da Holanda, +Pai. Além disso, nos interstícios dos projetos, os grupos foram realizados na sede da organização graças ao trabalho voluntário de diversos profissionais, dentre eles, José Guilherme Couto de Oliveira, Adriano Beiras, André Rego, Carlos Eduardo Zuma, Jorge Bergallo e Rafael Jucá de Mello. Uma reflexão sobre o trabalho desta época pode ser apreciado em apresentações realizadas tanto no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em Florianópolis, quanto no IX Congresso de Terapia de Família (<http://noos.org.br/portal/fique-por-dentro/artigos/>), em Gramado. Ambos os eventos aconteceram em 2008.

Recapitulando os principais momentos de utilização da metodologia:

<b>1999:</b> Realização do primeiro grupo de homens em situação de violência na sede do CEDIM, e também com policiais no 9º Batalhão da Polícia Militar.
<b>2000 e 2001:</b> Projeto de aplicação de penas e medidas alternativas, financiado pelo Ministério da Justiça.
<b>2001 – 2003:</b> Projeto MacArthur
<b>2010:</b> Paz em Casa, Paz no Mundo I.
<b>2011:</b> Paz em Casa, Paz no Mundo II.
<b>2013 – 2015:</b> +Pai.

Considerando todos os projetos e atendimentos realizados de forma voluntária, foram atendidos aproximadamente 355 homens. Apesar de a metodologia ter sido originalmente pensada para ser utilizada com homens, 193 mulheres também foram atendidas através dos grupos.

A atuação do Instituto Noos com homens em situação de violência intrafamiliar e de gênero é pioneira no Brasil. À época da realização dos primeiros grupos, as políticas afirmativas e de segurança das mulheres já haviam se consolidado. As Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs), os Centros Integrados de Atendimento à Mulher (CIAMs), Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres (NIAMs) e as organizações não governamentais dedicadas ao tema já eram uma realidade. Porém, os homens envolvidos em episódios de violência com as mulheres nem sequer eram enquadrados nas leis passíveis de condená-los, o que, aliás, era uma das principais críticas feitas pelas organizações feministas. A metodologia serviu de referência para a criação de outros trabalhos similares no país, conforme aponta a pesquisa de mapeamento de serviços para homens através do projeto +Pai, de 2014 (Beiras, 2014)<sup>1</sup>. O trabalho já foi citado em diversos artigos e publicações (Oliveira, 2004; Beiras, 2009; Roure, 2009; Toneli et al., 2010; Beiras, 2012, 2013; Blay, 2014, entre outros).

O Instituto Noos, através de sua equipe de pesquisadores(as), sempre realizou monitoramento e avaliação de seus projetos. Estas atividades foram coordenadas por Marina Sidrim Tei-

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre o mapeamento citado, ver <http://noos.org.br/portal/fique-por-dentro/artigos/>

xeira, que não participava da facilitação. Em função disso, muito material foi produzido como resultado do processo, e tal material merece uma análise mais ampla e profunda, mas os resultados obtidos com o monitoramento e a avaliação do trabalho têm sido de extrema importância para o seu desenvolvimento.

Ao longo dos anos, os grupos aconteceram em diferentes condições e contextos, e o Instituto Noos incluiu novos aportes teóricos que influenciaram sua atuação. Ambos os fatores contribuíram para que a metodologia sofresse alterações, surgindo a necessidade de produzir uma nova publicação que retratasse o estado da arte atual da metodologia. O projeto +Pai, executado a convite e em parceria com o Instituto Promundo, nos ofereceu a oportunidade de concretizar este desejo, e o resultado se encontra refletido nesta publicação.

Muito do que foi descrito sobre a metodologia em 2004 é vigente na atualidade. Os pressupostos do trabalho e as etapas do processo foram preservados. No que tange ao primeiro aspecto, vale citar a descrição realizada por Antezana (2012) a respeito dos diferentes modelos ou enfoques de intervenção com homens em situação de violência intrafamiliar e de gênero:

- 1) O modelo psicopatológico: onde homens que sistematicamente agredem suas parceiras íntimas são vistos como portadores de algum tipo de patologia causada por fatores históricos individuais e que configuram uma dinâmica de funcionamento interno que gera sua “personalidade abusadora”.
- 2) O enfoque psicoeducativo pró-feminista: onde o comportamento violento do homem é entendido a partir da leitura feminista sobre gênero (violência masculina com manifestação de poder e estratégia de controle disseminado como um padrão cultural), utilizando a pedagogia de Paulo Freire em sua sistemática de trabalho.
- 3) O enfoque cognitivo-comportamental: semelhante ao modelo psicológico na medida em que considera a violência exercida por homens contra mulheres como algo inerente aos indivíduos e a entende como um recurso para reduzir tensões e frustrações, sendo fruto de uma forma equivocada de “pensar”.
- 4) O enfoque construtivista-narrativista com perspectiva de gênero: no qual a violência entre homens e mulheres é vista como resultado de um contexto cultural que estabelece relações violentas e conta com a participação ativa dos indivíduos em sua constituição. Nesse sentido, a esfera social está em permanente interação com a subjetividade individual, que se influenciam mutuamente. Todo o trabalho é realizado no sentido de se explicitar este processo e fornecer aos indivíduos maior autonomia na forma de se relacionar com os demais. É um enfoque inclusivo, que comporta abordagens como as psicológicas, educativas e vinculadas às teorias de gênero.

O trabalho do Instituto Noos sempre esteve identificado com este último enfoque.

No que tange a diferenças em relação à metodologia publicada em 2004, destacamos os seguintes pontos:

- 1) Excluimos a aplicação de técnicas corporais como recursos para promover as conversas durante os encontros. Apesar de sua riqueza, elas exigem uma formação específica e mais complexa, o que dificulta a formação de quadros de multiplicadores(as) da metodologia leigos em psicologia.
- 2) Excluimos a utilização da equipe reflexiva conforme proposta por Andersen (1994), onde uma equipe distinta à dos facilitadores realiza incursões eventuais durante os encontros para compartilhar seu ponto de vista a respeito do que está ocorrendo. Esta mudança se justifica por duas razões. A inclusão de outros profissionais, além do facilitador e da faci-

litadora, torna difícil a viabilização dos grupos do ponto de vista financeiro. Além disso, a experiência com homens encaminhados pela justiça demonstrou que a participação de pessoas na posição de observadores suscita a ideia de que estão sendo julgados. Isso pode reforçar a associação de nossa proposta com a função da justiça, o que entendemos não ser produtivo para o trabalho atual.

- 3) A quantidade de encontros deixou de ser estabelecida a priori pelos facilitadores(as) e passou a ser definida pelos próprios grupos. Aqui, no entanto, se faz necessário alguns esclarecimentos adicionais. Em primeiro lugar, a literatura internacional demonstra que o caráter reflexivo do trabalho pode ser alcançado com, no mínimo, 10 encontros. Em segundo lugar, apesar de não haver limitação de número de encontros, é importante, para efeitos de avaliação do trabalho, que ele comporte um fim, mesmo que seja reeditado posteriormente. Em 2011, por ocasião da realização do projeto Paz em Casa, Paz no Mundo II, tivemos a oportunidade de comparar os resultados obtidos entre grupos que não possuíam número limitado de encontros com os que foram realizados no âmbito do projeto, que eram constituídos de 12 encontros. O que se constatou é que não ocorre grandes prejuízos nos efeitos benéficos propiciados pelo trabalho, contanto que se siga a recomendação de sempre debater um tema por encontro. Por outro lado, uma quantidade menor de encontros torna mais difícil a inclusão de questões individuais nas discussões do grupo, bem como um maior aprofundamento dos temas debatidos.
- 4) Por muito tempo, os grupos com homens foram facilitados apenas por outros homens. Em nossa experiência recente incluímos mulheres nesta função, formando duplas mistas para a facilitação. Em geral, os homens relataram como muito positiva a experiência de ter uma mulher participando de conversas que normalmente são realizadas sem a presença das mesmas. Além disso, discussões sobre gênero se tornam mais prementes ao longo dos encontros.

Os principais resultados obtidos nos grupos realizados com participantes homens e mulheres são diferentes. No caso dos homens, há uma melhora na capacidade de controle da violência, e no caso das mulheres uma melhora na autoestima e, por conseguinte, a possibilidade de obter uma maior independência em relação aos parceiros e uma maior autonomia na vida. A possibilidade de estabelecer uma nova rede de relações que pode fornecer apoio e compreensão sobre o sofrimento associado à situação que motivou a participação deles no trabalho e à postura acolhedora e respeitosa das equipes que facilitam os grupos são os fatores provocadores de mudanças mais citados.

Ainda na seara sobre as discussões dos resultados, importante relatar algumas considerações a respeito do trabalho realizado com homens no âmbito da justiça. Como descrito anteriormente, o Noos, junto ao CEOM, desenvolveu um projeto em que a oferta de grupos com homens era associada à aplicação de penas alternativas (aquelas que não envolvem restrição de liberdade). No entanto, uma crescente crítica das organizações feministas à aplicação da Lei 9.099/95 para o tratamento da violência contra as mulheres foi ganhando força. Na posição das detratoras, a lei reforçava a tão criticada complacência e morosidade da justiça com a violência sofrida pelas mulheres, já que não levava em consideração a gravidade intrínseca a este tipo de violência, considerando-se insuficientes as penas alternativas para conter o ímpeto violento dos homens.

Em 2006, foi homologada a Lei Maria da Penha, voltada exclusivamente às situações que envolvem violência de gênero contra mulheres, com a qual foram criados os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM). Tal Lei foi desenvolvida por um *pool* de organizações, que procurou atender as demandas dos movimentos feministas em relação a como a justiça deveria tratar a problemática. Uma novidade importante trazida pela Lei

foi a inclusão do trabalho com homens como uma das medidas a serem adotadas ao longo dos processos. Recentemente, o Instituto Noos também realizou grupos no âmbito da Lei Maria da Penha recebendo homens encaminhados pelos JVDfMs, o que aportou algumas especificidades à conformação de grupos neste contexto institucional.

Em primeiro lugar, se destaca o relato quase unânime dos homens sobre o tratamento recebido por eles ao longo do processo jurídico, o que denota a pouca disposição dos operadores da justiça em “escutar o lado deles”. No limite, a percepção é de que eles já entram no processo penalizados. Quando de fato são condenados, tal noção é potencializada e refletida no grupo. Se torna muito mais difícil a diferenciação entre a função da justiça e a proposta de nosso trabalho com conseqüente resistência a ela. Ainda se precisa refletir melhor sobre esta característica, mas desde já podemos pensar que, nesta situação, os homens acabam esperando que o grupo adquira um caráter mais instrutivo, sobretudo no que se refere ao processo jurídico no qual se encontram submetidos e a como se conduzir nos relacionamentos futuros. Isso pode acabar subvertendo nossos pressupostos de trabalho na medida em que a metodologia procura estimular o debate ao invés de “trazer ensinamentos”. Por outro lado, as pesquisas sobre o trabalho com homens encaminhados pela justiça sugere que os mesmos não procuram ajuda durante as crises com suas parceiras íntimas, o que está em consonância com a ideia de que os homens devam ser fortes e independentes. Nesse sentido, recomenda-se que, pelo menos inicialmente, a dupla da facilitação assumam uma postura mais ativa e de referência para os usuários (Antezana, 2012).

Ainda existe muito espaço para debate a respeito do que se espera do trabalho com homens no âmbito da Lei Maria da Penha<sup>2</sup>. Os parágrafos que determinam a realização deste tipo de intervenção são pouco explícitos nesse sentido. O Instituto Noos estabeleceu com uma de suas prioridades o aprofundamento desta discussão e pretende continuar trabalhando com homens encaminhados pelos JVDfMs. No entanto, a organização quer dar um passo à frente e impingir um caráter de prevenção primária aos grupos reflexivos de gênero, tornando-os um recurso para evitar que o primeiro episódio de violência ocorra. Nesse sentido, é necessário que a metodologia seja aplicada em variados contextos, como escolas, unidades de saúde, ambientes de trabalho onde a inserção de mulheres ainda é incipiente (como no caso da construção civil), empresas, entre outros.

A metodologia publicada em 2004 era voltada a grupos compostos exclusivamente por homens envolvidos em situação de violência intrafamiliar e de gênero, mas também se mostrou eficaz com grupos só mulheres na mesma situação. À época, acreditava-se que a realização de grupos mistos poderia acarretar problemas ao processo, pois impediria o estabelecimento de uma comunicação fluida durante os encontros. No entanto, para nós, um dos indicadores que apontam para resultados considerados promissores foi quando os membros dos grupos de homens começaram a mostrar interesse em estabelecer diálogos com as mulheres, e isto acontece com relativa frequência, sugerindo que a prevenção primária da violência intrafamiliar e de gênero será mais consistente se realizada através de grupos mistos para o aprofundamento das discussões sobre as relações de gênero. A utilização da metodologia com pessoas que não estão envolvidas em situação de violência intrafamiliar e de gênero passa necessariamente por sistematizar este tipo de experiência. No final de 2015, durante a realização de uma capacitação sobre a prática de grupos reflexivos de gênero, em São Paulo, tivemos a oportunidade de experimentar com a turma uma atividade que praticamente reproduzia essa experiência. Os resultados ainda precisam ser mais bem sistematizados, mas podemos adiantar que foram positivos.

---

<sup>2</sup> Sobre debates contemporâneos da Lei Maria da Penha, no que se refere a grupos de homens autores de violência, vale salientar que está em tramitação um projeto de ementa a esta lei (Projeto de Lei nº 9 de 2016, já aprovado pelo plenário do Senado), com o objetivo de estabelecer a *medida protetiva* de frequência a “centro de educação e reabilitação do agressor”.

Por fim, é importante mencionar que, nesta publicação, foi dada maior ênfase à discussão sobre gênero, incluindo referências mais recentes neste campo em um capítulo específico. Também acrescentamos uma parte dedicada aos referenciais teóricos, para que o leitor ou a leitora possam compreender de modo mais claro os debates que fundamentam o desenho metodológico da proposta, além de uma série de referências bibliográficas complementares e *links*. Com isso, esperamos oferecer um documento que não só descreva os pressupostos e a sistemática básica para realização dos grupos, como também abra possibilidade para que aqueles que desejem atuar como facilitadores(as) ampliem seus conhecimentos e aperfeiçoem sua prática desta complexa e delicada tarefa de facilitação. Além disso, recomendamos fortemente que os futuros facilitadores participem de atividades (como palestras e seminários em que o tema é debatido) e particularmente se submetam a um processo grupal de reflexão de gênero por razões que serão mais bem explicitadas no capítulo dedicado à sistemática da metodologia.

Vale ressaltar que esta publicação é resultado de um processo de elaboração coletiva, do qual fizeram parte profissionais do Instituto Noos e de outras organizações e setores da sociedade.

## Capítulo 2.

# CONVERSANDO SOBRE GÊNERO

**E**m nossas conversas diárias e cotidianas, na linguagem escolhida para descrever fatos, nos nossos atos e aprendizados familiares, na relação em casal, entre amigas ou amigos e entre gerações, está implícita a questão de “gênero”. O gênero é a diferença instituída historicamente entre homens e mulheres (Scott, 1990), também compreendida como norma que organiza as relações sociais de poder e de dominação (Butler, 2006), a qual é naturalizada, sem questionamentos, em nossa experiência cotidiana.

A norma de gênero organiza as diferenças relacionadas ao acesso à justiça, ao exercício dos direitos, ao acesso aos cargos de poder, legitima as opressões cotidianas (assédios e desrespeito, deslegitimações), permite ou não a expressão livre da sexualidade, coisifica o corpo feminino, considera pouco importante o trabalho doméstico, bem como o tempo para diversão com as crianças e as tarefas parentais. A construção e a dinâmica dessa norma envolvem muitos matices, vetores, relações de poder e discriminações. Sem perceber, mantemos uma ordem social desigual entre homens e mulheres, a qual passa a ser entendida como normal ou natural. Sua continuidade promove a manutenção de problemas sociais relacionados à violência, em especial contra mulheres.

Diante disso, sabe-se contemporaneamente da importância de promover discussões e reflexões sobre as relações de gênero em diversos âmbitos da população, e através de variadas formas de intervenção comunitária e política, para desnaturalizar relações, posições, comportamentos e ações que desconsideram a posição das mulheres e certos homens, criando discriminações. Com a reflexão do gênero procuramos tanto a revisão da nossa forma de agir quanto da maneira como estabelecemos relações sociais, apontando ao reconhecimento e à valorização das diferenças nos modos de ser homem, de ser mulher e de viver a sexualidade. Assim, refletir sobre gênero inclui tanto a revisão da experiência pessoal quanto a crítica de aspectos políticos e sociais amplos relativos ao alcance dos direitos humanos na relação de casal, na vida familiar, nas relações laborais e no exercício da cidadania.

Como produzir conversas reflexivas sobre questões relacionadas a gênero? Como produzir dinâmicas e debates capazes de ir além e multiplicar-se em outros contextos e no cotidiano? Como produzir conhecimento implicado e que contemple a complexidade das configurações de gênero? Ou, ainda, de que forma este trabalho em sua prática pode ser feito sem reproduzir relações de poder, promovendo um diálogo construído conjuntamente?

O histórico de trabalho do Instituto Noos, que desenvolve suas atividades através de uma postura colaborativa inspirada nos processos reflexivos e no construcionismo social, já nos traz algumas pistas (aspectos teóricos que explicaremos adiante). Estes questionamentos e desnaturalizações começam no trabalho pessoal do facilitador ou facilitadora, assim como no processo



de preparar e promover as discussões grupalmente. É essencial esse trabalho pessoal e interno para estranhar a realidade dada, a norma instituída, e desse modo promover outras perspectivas que permitam questionar posições dadas por naturais.

Trata-se de um cuidado constante e contínuo, que coloca o lugar da facilitação de grupos como promotor de contextos reflexivos, onde o facilitador ou facilitadora também inclui sua experiência como possível referência para propiciar a reflexão nos outros. Com isto, o facilitador também está atento a seu próprio processo de transformação em relação à reflexão dos outros, procurando horizontalidade e reconhecimento do lugar de fala dos outros através do diálogo.

Por outro lado, de que maneira o gênero se relaciona ao tema da violência, dos machismos, dos sexismos, da misoginia, da igualdade e dos direitos humanos? Como entender tal conceito como um operador analítico, para além da diferença sexual, como uma categoria histórica, interpretativa da ordem e das problemáticas sociais contemporâneas? Como promover o reconhecimento de certa ordem de gênero e sua posterior crítica e desestabilização, de forma a promover uma agência que aponte à diversidade e à equidade? Neste capítulo, buscamos responder algumas destas questões e trazer outras possíveis que possam ajudar na preparação de um contexto reflexivo no que diz respeito à norma de gênero.

Antes de conceituar gênero, é importante diferenciá-lo e relacioná-lo com alguns outros termos usados no cotidiano, tais como sexo, orientação ou preferência sexual, expressão e identidade de gênero.

Sexo é entendido usualmente como a expressão física e biológica que diferencia os corpos em macho (associado aos homens), fêmea (associado a mulheres) ou intersex (hermafrodita).

Orientação sexual ou preferência sexual refere-se a quem sentimos atração sexual física e emocional, podendo derivar em conceitos como heterossexual (diferentes sexos), homossexual (mesmo sexo), bissexual (ambos sexos) e assexual (nenhum).

Expressão de gênero está relacionada a como alguém demonstra seu gênero: mais feminina, masculina ou andrógena.

Por sua vez, identidade de gênero, em uma explicação simplificada, pode ser entendida como a forma que a pessoa se identifica ou enxerga o seu corpo: como homem, mulher ou transgênero. Em relação a esta última identificação, quando não coincide a percepção de si com o sexo biológico, temos os travestis, transexuais, transhomens, transmulheres ou trans não binário (aquele que não se identifica com masculino nem com feminino).

Contemporaneamente, as categorias homem e mulher estão sendo debatidas e ressignificadas para além da expressão biológica sexual de nascimento. De modo geral, a explicação dos termos aqui exposta é uma forma simples de entendê-los, não uma verdade absoluta, apenas uma das possíveis formas de conceituar. Outros conceitos podem ser agregados e alterados com o tempo e local, cultural e historicamente<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Agradecemos as contribuições e ideias de Marília dos Santos Amaral para a elaboração da escrita deste capítulo, em especial sobre estes termos e suas relações com os estudos, reflexões e intervenções de gênero.

Para mais detalhes sobre termos e conceitos aqui expostos, recomendamos ver:

Wolff, C. S.; Saldanha, R. A. Gênero, sexo, sexualidades. Categorias do debate contemporâneo. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/482/595>

Oliveira, J. M. (2010). Orientação sexual e identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (eds.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (p. 19-44). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/92268.pdf>

Neste capítulo, vamos dedicar mais atenção ao conceito de gênero e suas implicações sociais, políticas e corporais. Os estudos contemporâneos feministas e os de gênero que contemplam estudos sobre feminilidades e masculinidades demonstram a complexidade do conceito de gênero. Ele envolve diversas expectativas de nossas relações; classifica objetos e sujeitos; diferencia emoções para homens e mulheres; organiza o trabalho, a produção social; propõe uma estética e uma ética cotidiana; legitima relações de poder, privilégios e discriminações. Segundo Butler (2006), o gênero pode ser conceituado como uma norma social que produz uma forma e molda o comportamento e os corpos dos sujeitos, dando inteligibilidade ao seu corpo. Trata-se de um ato performativo instituído cotidianamente e repetidamente, em especial através da linguagem, entendida aqui como produtora e construtora de realidades.

Não estamos tratando de um conceito simples, que por muito tempo foi entendido como sinônimo de sexo ou uma versão social do que se entende como diferença sexual. Aqui estamos falando de atos que instituem uma “performance” da diferença sexual: ao mesmo tempo que é uma ação, é um significado e uma posição que se expressa e institui realidade. De forma simplificada, por exemplo, ao dizer “homem não chora”, “comporte-se como uma princesa”, “grite como um homem”, “não cruze as pernas desta maneira”, ou ainda, “mostre atitude, seja forte”, “esta cor não é para meninas”, “mulher é assim mesmo, bela, recatada e do lar”, “não rebole, ande como homem”, damos forma a expressões que instituem uma diferença de gênero que legitimam certas relações de poder e práticas de punição para aqueles que não pactuam com esta norma.

Cria-se uma institucionalidade que só legitima certas formas de expressão do gênero, uma feminina e outra masculina, que configuram estereótipos e maneiras unívocas de ler corpos, pessoas, comportamentos, dramatizações e performances. Em outras palavras, cria-se um binarismo compartilhado por homens e mulheres que é entendido como natural e correto, e partir dele é medida, legitimada ou punida a performance de gênero. Assim, a norma de gênero vira um vetor explicativo e legitimador de como devem se estabelecer as relações sociais. Ela institui uma ordem na qual a heterossexualidade, por exemplo, é entendida como compulsória. Mas sabemos que as relações sociais e as possibilidades de ser e estar no mundo vão muito além de um formato binário exclusivo ou hegemônico, ou das considerações sobre um dever ser homem ou mulher de um certo tipo de pessoas sobre outras.

Vale lembrar que diferentes formas de ser e estar no mundo, de relacionar-se no amor, na sexualidade e na identidade de gênero, estão presentes em nossa sociedade. A questão é aprender a reconhecer como o gênero é agido cotidianamente, compreendendo sua configuração como ato performativo diário, no meio de relações e discursos institucionalizados. Com tal panorama social, será que podemos produzir outras normas de gênero que permitam performances que desbordem o binarismo atual, performances inclusivas, diversas e equitativas?

Vamos pensar juntos: por que algumas relações, identidades e performances são mais valorizadas que outras? Como é legitimada certa ordem de gênero, quem faz isso? O que mudaria em nossa sociedade se mudarmos o binarismo atualmente instituído? Como essa mudança poderia reconfigurar posições e relações de poder? Como negociar essas mudanças com pessoas e setores sociais que assumem como benéfica a norma de gênero atual? Quais são as justificativas e argumentos para estabelecer relações sociais igualitárias, reconhecedoras da diversidade e da diferença?

São perguntas pertinentes que também entram em diálogo com os estudos sobre interseccionalidade que apontam à análise das relações de marcadores sociais da diferença como raça, etnia ou classe, entre outros, na experiência de indivíduos e coletivos sociais. Um olhar desde a interseccionalidade permite compreender as experiências de exclusão e subordinação de indivíduos e coletivos sociais, que comparados com o ideal de igualdade de oportunidades e direitos ficam em exclusão, carência ou vulnerabilidade, dando conta de uma ordem social da qual participamos com mais ou menos protagonismos e privilégios. Deste modo, através dos grupos reflexivos de gênero, podemos outorgar dignidade analítica e política às especificidades de uma mulher negra, de uma comunidade de baixa renda, de outra que vive no ambiente rural, no sul do país, descendente de europeus ou indígenas. Há diferença entre um homem ou mulher paulista, um nordestino ou nordestina ou um boliviano ou boliviana trabalhando em São Paulo? Qual a diferença na experiência da cidadania entre estes sujeitos? Eles têm direitos iguais na nossa sociedade? Os desafios que enfrentam são os mesmos?

Queremos uma sociedade mais justa, diversa e com igualdade de direitos. O que fazemos para transformá-la? Conversar sobre gênero implica promover reflexões sobre mudanças e soluções que contemplem nossa implicação cotidiana nessa transformação pessoal e social. Isso nos traz a importância de reconhecer nossa participação e performance nessa norma de gênero para posteriormente promover a crítica e as alternativas à nossa própria atuação do gênero.

Nos últimos anos, tem-se discutido a questão do gênero em decorrência de lutas sociais, dos movimentos sociais e do advento de novas leis e políticas sociais e públicas. No âmbito acadêmico, há diversos posicionamentos, problematizações, contradições e questionamentos sobre o uso deste conceito. Nas políticas sociais, em especial, as públicas, cada vez mais se entende a importância de promover esta discussão e o olhar de gênero para as desigualdades e vulnerabilidades. Ainda assim, há desafios constantes sobre como produzir reflexões sem banalizar, moralizar, simplificar ou reduzir o conceito. Trata-se de um campo em constante transformação, com novas articulações e formas de ver a questão. Sabemos disso, e não buscamos aqui a forma mais correta ou abrangente de compreender o gênero como única verdade sobre o tema. Lançamos mão das teorias que têm sentido para nós e nos ajudam a construir novos significados sobre a questão. Nosso interesse aqui é pensar o gênero na prática social e na produção social do conhecimento.

### ***Para refletir, perguntar e discutir:***

*Que características você percebe em si que o fazem entender-se como homem ou mulher?*

*Você sempre esteve de acordo com estas formas de classificar ou entender homens e mulheres?*

*Quantas vezes se sentiu fora destas normas? O que você percebeu que acontece com quem não as cumpre com as expectativas de gênero?*

*Há diferenças de gênero entre sua família, bairro ou cidade e outros lugares ou países que você conhece?*

*Você já parou para pensar em quais são os homens e mulheres que se beneficiam com estas diferenças de gênero e para que elas servem?*

*Que privilégios existem socialmente pelo fato de você ser homem ou mulher? E que diferenças ou falta de direitos você percebe? E para aqueles que se entendem como trans, na transição ou em corpos que não correspondem fielmente ao gênero binário?*

Além do próprio conceito de gênero, é preciso colocar em evidência que ele é desafiado por reflexões contemporâneas sobre a manutenção de uma heteronormatividade, que, segundo Butler, diz respeito ao posicionamento da heterossexualidade como norma de gênero, excluindo outras possibilidades de expressão de sexualidades, que são colocadas em um lugar de anormalidade. Também por associações entre dicotomias que simplificam as dinâmicas nas relações de gênero, por exemplo, a relação entre os pares masculino e feminino, agressor e vítima. Isto se expressa na linguagem e no cotidiano quando descrevemos as relações de maneira causal ou linear, racionalidade que só permite a existência de dois lados, um bom e outro ruim. Você é homem ou mulher. Aquele que agride ou o agredido.

São essas configurações das relações de gênero que podem ser refletidas com o intuito de reconhecê-las, evidenciar a norma, criticá-la e propor outras formas de relação que apontem ao reconhecimento da diferença e ao tratamento igualitário entre as mesmas. Por isso enfatizamos a necessidade de sair das dicotomias e enxergar a variedade de matizes e as transições entre os polos. O não reconhecido é ignorado ou posto no lugar da anormalidade. Esse movimento de desconsideração da posição do outro é a base para a promoção e a manutenção de múltiplas violências, incluída a de gênero. Mas o que é violência de gênero?

Em diversos contextos, a violência de gênero é entendida como sinônimo de violência contra mulheres. No entanto, podemos nos referir a ela quando exercida contra alguém devido às hierarquias associadas ao gênero. Em outras palavras, quando a justificativa da violência tem a ver com valores, práticas e situações nas quais uma pessoa, mulher ou um homem, pelo simples fato de sê-lo, terminam sendo agredida, desconhecida, maltratada ou até assassinada. A violência de gênero pode ocorrer também no ambiente doméstico e na conjugalidade, mas não se restringe a estes contextos. Podemos estender o conceito de violência de gênero, portanto, a “ser homem”, quando entendido como gênero masculino ou quando não se cumpre com o ideal normativo de masculinidade, embora isso seja muito mais frequente e aplicável à violência contra as mulheres.

Então, incluímos também a violência contra aqueles que não cumprem a norma de masculinidade e feminilidade, como as agressões contra gays, lésbicas e transexuais. Muitas vezes, homens praticam determinadas violências que se originam de mandatos de masculinidade, os quais podem

ser definidos como atos de violência que fazem parte da construção das masculinidades ou de contextos de “homens entre homens” que produzem opressões, como guerras, narcotráfico, violências urbanas, jogos de força e de poderes. Mulheres também podem exercer determinadas formas de violências contra outras mulheres e homens, legitimando uma posição patriarcal, de relações de poder desigual, de forma a legitimar uma certa posição normativa de mulher e feminino na sociedade. Por outro lado, as violências de gênero também podem referir-se àqueles casos que não cumprem com a norma de gênero, ou que estão no trânsito ou na fronteira entre masculino e feminino.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002), a violência é entendida a partir de um modelo ecológico e resulta da ação recíproca e complexa que contempla diversos fatores, sejam estes individuais, relacionais, sociais, culturais ou ambientais. Pelo anterior, nenhum destes fatores isolados explica o comportamento violento de alguém ou a prevalência da violência em determinada comunidade. O modelo também assume a violência como intencionalidade e uso de força ou poder físico contra si mesmo ou outra pessoa, grupo, comunidade, e que cause ou possa causar lesões, mortes, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento ou privações.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1993, a violência contra mulheres foi entendida como qualquer ato de violência baseado no fato de alguém pertencer ao sexo feminino, resultando em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, o que inclui ameaças, coação, privação arbitrária da liberdade, produzindo-se tanto na vida pública como na particular.

É importante destacar também a ocorrência de violências institucionais, um tipo de violência ainda pouco difundido, que encontra espaço no âmbito dos direitos humanos. O Ministério da Saúde (2003) a define como a exercida pelos e nos serviços públicos, tanto por ação quanto por omissão. São abusos que envolvem relações de poder desiguais e também podem envolver razões de gênero. Podem ocorrer em instituições como hospitais, delegacias, postos de saúde, escolas e no judiciário.

Não podemos deixar de considerar a importância dos feminismos (em seus debates acadêmicos e incidência política) para conceituar a violência de gênero e contra as mulheres. A partir da denúncia das agressões e formas de desigualdade contra as mulheres na arena pública foram desenhadas ações, legislações e políticas públicas para combater a violência e sensibilizar a população para sua prevenção. Fruto desta mobilização no contexto brasileiro foi a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, embora ainda sejam necessários incrementos significativos em políticas públicas para este setor.

A partir destas considerações sobre a violência e sua íntima relação com a norma de gênero, consideramos importante pensar nos atos de violência sobre uma perspectiva relacional, ancorada nas dinâmicas históricas e sociais públicas, cotidianas e nos processos de socialização. Por este motivo, acreditamos na importância do trabalho grupal para promover reflexão sobre as relações que geram violências e as dinâmicas de socialização ligadas à construção de masculinidades, feminilidades e a relação entre ambas. Conversar sobre gênero implica pensar estas relações e posições diferenciadas, observá-las e estranhá-las conjuntamente, trocando experiências e vivências, desconstruindo coletivamente ações, atos e crenças, e propondo outras formas de relação.

Pensamos que a metodologia sobre grupos reflexivos de gênero é um convite ao aprofundamento e ao questionamento sobre nossa experiência de gênero e as reflexões teóricas e políticas que sustentam um movimento pessoal e social para a igualdade. Uma conversa sobre gênero resgata o histórico e a experiência nas atividades do Instituto Noos, a partir de metodologias reflexivas (Acosta, Andrade & Bronz, 2004) e colaborativas, inclui a promoção e a facilitação sistêmica (Fuks & Rosas, 2014) de contextos de reflexão. Com isto, promovemos reflexões aliançadas com o respeito à diversidade, ao múltiplo, à complexidade, desconfiando de verdades absolutas e explicações totalizantes.

Vale considerar também que a reflexão sobre gênero não é uma tarefa para ser realizada apenas por mulheres! Cotidianamente, no senso comum e na mídia, tal conceito muitas vezes pode acabar caindo neste lugar de quase exclusividade e interesse feminino ou de um feminismo focado nas mulheres, com restrições aos homens. Há muitas posições feministas em debate no campo, por isso é importante ter cuidado com generalizações que terminam reduzindo a complexidade social. Pode-se entender que falar e pensar o gênero é trocar a posição de poder de homens para mulheres, mantendo “a guerra entre os sexos”. De fato, alguns estudiosos ou vertentes destes estudos entendem e advogam desta maneira, embora não seja o que rogamos em nossas práticas. Por conseguinte, também vale problematizar as resistências quanto a pensar o gênero nas relações sociais.

Por outro lado, outros pensam que, com as conquistas sociais das mulheres, já não há razão para se investir na discussão de gênero e dos feminismos. No entanto, considerando os altos índices de violência contra mulheres em todo o mundo e violações contínuas de seus direitos em diversos contextos, apesar de avanços legislativos, resulta ainda pertinente investir na discussão de gênero.

Para dados atualizados sobre a incidência de violência contra mulheres:

- Observatório Lei Maria da Penha: [www.observe.ufba.br](http://www.observe.ufba.br)
- Agência Patrícia Galvão:  
[www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie)
- Observatório de Gênero da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM):  
[www.observatoriodegenero.gov.br/sitemap](http://www.observatoriodegenero.gov.br/sitemap)
- Organização Panamericana de Saúde (OPS):  
[www.paho.org/director/?page\\_id=691](http://www.paho.org/director/?page_id=691)
- UNITE – Nações Unidas (ONU):  
[www.un.org/en/women/endviolence/resources.shtml](http://www.un.org/en/women/endviolence/resources.shtml)

A desvalorização do feminino ainda é presente e preponderante na sociedade: na posição em relação à norma de gênero, na linguagem, nos atos de homofobia, na misoginia e na construção de identidades de gênero. Além disso, também vale considerar os mandatos de masculinidade e homofobia que trazem opressões aos homens, conduzindo-os a riscos, violências e altos índices de mortalidade em diferentes países.

Para dados atualizados sobre mortalidade, ver:

- Organização Panamericana de Saúde (OPS):  
[www.paho.org/bra](http://www.paho.org/bra)
- Portal da Saúde – Ministério da Saúde (Brasil):  
[portalsaude.saude.gov.br](http://portalsaude.saude.gov.br)

Nossa abordagem contempla teoricamente diversos estudos de masculinidades ou estudos de gênero dos homens, como prefere dizer Guillermo Núñez Noriega (2009). Vale destacar que masculinidades e feminilidades não estão entendidas como necessariamente alocadas em corpos biológicos de homens e mulheres, mas como algo que circula entre eles e se desenvolve em posições possíveis ou em trânsitos, produzindo formas de ser e estar no mundo.

É importante ressaltar que entendemos o gênero como uma categoria relacional, em um sentido sistêmico, que interpela cotidiana e socialmente mulheres e também homens, jovens, crianças e adultos, em diferentes contextos e culturas. O gênero se constitui na complexidade das relações sociais. Mesmo contemplando a posição identitária, o gênero vai além, construindo-se nos atos que demarcam diferenças e variações possíveis entre o masculino e o feminino. O gênero é performatizado nos atos, alude às classificações, outorga sentido à cotidianidade, apela a ideologias, justifica exercícios de poder e é circunstancial e contextual.

É sobre esta complexa configuração que buscamos conversar nos grupos reflexivos. Ela se expressa no dia a dia, nos meios de comunicação, nas relações familiares, na conjugalidade, na escola, no trabalho, no ócio e nas relações de amizade. Permite pensar na cor das roupas do bebê, nas expectativas que construímos para nossas filhas e filhos e nas escolhas dos brinquedos. As relações entre amigos, as identificações de grupo, as letras das músicas, a escolha de um animal de estimação e do que comer em um restaurante – todas estas atividades podem ter uma leitura cotidiana de gênero. Entender esta construção também nos ajuda a compreender processos de discriminação e também opressão.

Mas como implicar homens e mulheres de diferentes gerações e contextos para problematizar processos de opressão e discriminação a partir da categoria de gênero? Como sensibilizar para o respeito e a compreensão aqueles que não se entendem como fixos em posições masculinas ou femininas socialmente (público *trans* com identidades não binárias, por exemplo)? Como integrar a diferença nas relações mantendo a igualdade de direitos? Como dito anteriormente, procuramos responder a essas perguntas a partir da nossa própria cotidianidade, linguagens, conversas, interpretações da realidade, relações familiares e de trabalho, ou seja, na relação entre experiência pessoal e dinâmicas sociais mais amplas.

### ***Para perguntar e refletir:***

*Quando você percebe que alguém do seu contexto próximo não cumpre com as características entendidas como masculinas para homens e femininas para mulheres, qual a sua reação? O que você sente?*

*O que faz com que estas características de gênero sejam entendidas de formas diferentes em outras circunstâncias?*

*De que forma a diferença e a transgressão de outras pessoas sobre as normas de gênero masculino e feminino atingem você em seu cotidiano? Quais são os desafios pessoais da integração das diferenças e do respeito a diferentes expressões?*

Nos últimos 20 anos, tem havido um aumento de políticas e leis voltadas ao tema do gênero, sobretudo à questão da violência contra mulheres. Para os homens, destaca-se a Política Nacio-

nal de Atenção Integral à Saúde do Homem<sup>4</sup>, de 2009, e a criação da Secretaria de Política para Mulheres em 2003, ambas iniciativas do governo federal. Há outras, em especial na área de saúde, violência e geração de emprego e renda. Estas leis e políticas devem ser conhecidas para pensar a prática e aprimorá-la. Além disso, como já citamos, a Lei Maria da Penha é um marco importante que indica a promoção de debates, discussão e políticas públicas contra a violência de gênero (Beiras, Cantera, Moraes & Alencar-Rodrigues, 2012).

## Linha do tempo

A seguir apresentamos uma breve linha do tempo de documentos, políticas e leis importantes para esta temática e para o histórico do Noos, que influenciaram o caminho e as mudanças da instituição.

- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994)
- Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – 2003
- Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – 2003
- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – 2004
- Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual – 2004
- RHEG (Rede de Homens pela Equidade de Gênero) – 2004
- MenEngage - 2005
- Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – 2006
- II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2008
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – 2009
- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) – 2010
- Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra Mulheres – 2011
- Mapeamento de Serviços de Atenção a Autores de Violência (Noos) – 2014
- Lei nº 13.104 – Lei Feminicídio – 2015

Pensamos que a experiência do Instituto Noos e a proposta metodológica aqui consignada podem constituir material de referência a ser desenvolvido e adaptado às políticas sociais e públicas nas quais o gênero é um marcador importante (por exemplo, saúde e violências). Nossa experiência aponta para a relevância do trabalho de grupos, que dá visibilidade à dinâmica relacional do gênero e permite avançar à reflexão de relações de reconhecimento e igualdade. Este trabalho integra posições implicadas a determinadas demandas do movimento feminista contemporâneo e discussões acadêmicas da atualidade, que buscam um efeito mais transformador e questionador, crítico, de estranhamento e de empatia pelo diferente e pela diversidade.

---

<sup>4</sup> Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes*. Brasília: MS, 2009. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica\_nacional\_atencao\_integral.pdf>.



# REFERENCIAIS TEÓRICOS

**N**osso caminhar está marcado por aprendizados e teorias que fundamentam nossa trajetória e nossas práticas, desde uma postura reflexiva e crítica. Novas referências são adicionadas à prática, a partir de um constante repensar das ações e da experiência obtida durante os anos. A metodologia reflexiva de gênero do Instituto Noos toma por base a perspectiva de gênero, focando no feminismo pós-estruturalista por considerar que gera um diálogo produtivo com o construcionismo social, o pensamento sistêmico, ecológico e da complexidade e a educação popular. Neste capítulo, faremos referência a essas perspectivas, destacando os principais interlocutores, conceitos e aportes à metodologia reflexiva de gênero.

## Construcionismo social

O construcionismo social tem crescido no Brasil, ampliando-se no contexto acadêmico e na interface com a psicologia social e clínica. O Instituto Noos se destaca como centro de referência importante neste campo de reflexão e intervenção a partir de suas práticas, capacitações diversas, cursos e publicações, como a revista *Nova Perspectiva Sistêmica* e os livros da editora do Instituto Noos<sup>5</sup>.

O construcionismo social<sup>6</sup> estabelece que construímos o mundo, que a linguagem é produtora de realidades, que tudo o que aceitamos como óbvio pode ser questionado e que a verdade é derivada de estilos de vida compartilhados dentro de um grupo, pelo qual não existe uma única verdade absoluta e legitimadora (Burr, 1996). Assim, se destituímos da verdade um valor universal, podemos nos perguntar: “De quem é a voz que conta a história? Quais são seus interesses?” (Moscheta, 2014, p. 34).

Para o construcionismo social, a linguagem é uma prática social com efeitos performativos ou construtora de realidades. Discursos constroem e dão forma às relações sociais e a construção do conhecimento estaria implicada a processos sociais demarcados pela história em contextos específicos. Gergen e Gergen (2010) nos ensinam que as ideias do construcionismo convidam ao pluralismo, a diferentes versões da realidade, negociadas entre os pares.

As tradições servem como mantenedoras de determinadas versões da realidade, compartilhadas entre um determinado grupo, mas não necessariamente versões que fazem referência a uma única interpretação. Portanto, segundo Burr (1996), preza-se aqui uma perspectiva antiessencialista, onde a linguagem é condição prévia ao pensamento e à ação social e dá-se atenção à intera-

---

<sup>5</sup> Disponíveis em: [www.noos.org.br](http://www.noos.org.br).

<sup>6</sup> Algumas das principais referências que influenciam nossas práticas são Burr (1996), Gergen (1999), Gergen e Gergen (2010), Ibáñez (2001), Gergen (2001), Nogueira, Nevez e Barbosa (2005), Rasera e Japur (2005), Grandesso (2011), Guañes-Lorenzi, Moscheta, Corradi-Webster e Souza (2014).

ção, aos processos e práticas sociais. Destas práticas sociais se negociam sentidos e significados (Grandesso, 2011) e se criam formas de vida, descrições do mundo, gêneros, modos de vida, identidades ou subjetividades. Neste sentido, devemos questionar que possíveis versões são excluídas, quem se beneficia desta exclusão e o que fica silenciado (Moscheta, 2014). E tais perguntas estão em sintonia com os questionamentos feitos nos estudos de gênero pós-estruturalistas sobre as relações de poder e a potencialidade da linguagem em construir e performatizar o gênero.

O discurso construcionista, como nos lembra Corradi-Webster (2014), evidencia a função performática da linguagem no que se refere a seu efeito construtor e produtor de descrições identitárias e modos de ação sobre situações e experiências. O construcionismo social nos ajuda a perceber que alguns discursos são mais legitimados e valorizados do que outros e que esta dinâmica é construída e negociada socialmente, a partir de relações de poder. O trabalho reflexivo no espaço de interação grupal, inspirado nos chamados processos reflexivos de Andersen (1991), permite-nos repensar, construir juntos e transformar a realidade dada, dando voz e visibilidade a versões diferentes e alternativas da mesma questão. Portanto, a partir destas teorias, ressaltamos a importância do enfoque na relação, na narrativa e na produção de processos reflexivos nas práticas grupais e comunitárias, onde cada participante de um grupo traz para o processo relacional sua história prévia, suas posições, sua compreensão das experiências vividas.

### ***Construcionismo social***

- *Linguagem como produtora de realidades*
- *Questionamento do óbvio*
- *Pluralismo, versões da realidade, questionamento de uma verdade única*
- *Antiessencialismo*
- *Negociação de sentidos e realidades*

No grupo, mantenha o foco na relação e na reflexão, no processo de negociação de sentidos e significados, nas conexões com as experiências e com os modos de ver de cada participante. Atenção aos discursos, narrativas e linguagem, escolha de palavras, vozes e contextos.

## **Estudos de gênero e teorias feministas**

Os estudos de gênero e as teorias feministas apresentam-se como campos teóricos variados e repletos de discussões, tensionamentos, contradições e variedade de perspectivas. Do movimento social ao acadêmico, diversos estudos problematizam as relações de poder, os direitos das mulheres, a diferença e a igualdade entre homens e mulheres, a desconstrução do masculino e do feminino. Frente ao fato de estarmos diante de feminismos, não de um único feminismo, e também da variedade de perspectivas dos estudos que usam a categoria de gênero, consideramos importante mencionar desde onde estamos pensando o gênero e por que dissemos que trabalhamos sobre a perspectiva de gênero<sup>7</sup>.

Como alertam Izquierdo (1994), Beiras (2012) e Beiras & Cantera (2014), no trabalho com grupos de homens autores de violência, o conceito de gênero tem sido comumente usado em

<sup>7</sup> Para ampliar o debate sobre o conceito de gênero, sexualidades e histórico dos feminismos, ver Wolff, C.S.; Saldanha, R.A. (2015). Gênero, sexo, sexualidades. Categorias do debate contemporâneo. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/482/595>

muitas iniciativas e propostas de modo despolitizado e indiscriminado em diferentes âmbitos, atuações e políticas sociais. Ele acaba por ser usado de uma forma simplista, reduzida a estereótipos, como a divisão de tarefas domésticas, sem tratar com mais apuro as relações de poder, os direitos humanos, as questões histórico-culturais e suas implicações sociais mais amplas.

Gostaríamos de destacar a importância da compreensão político-feminista deste conceito, trazendo a perspectiva pós-estruturalista de desconstrução do feminino e masculino como referentes para nossas atuações. Neste campo, destaca-se a obra de Judith Butler (1990, 1993, 2006a, 2006b, 2006c, 2007), que dialoga com Michel Foucault, trazendo conceitos importantes para se pensar o gênero diante de atravessamentos com a linguagem, discursos, poder, identidade e sexualidades. Para Butler, o gênero tem caráter normativo e é desenvolvido socialmente como uma norma social que é reiterada, repetida, marcada cotidianamente a partir do que a autora chama de uma performance de gênero. Esta reiteração da norma produz uma forma, constitui corpos diferenciados e normatiza a sociedade. Butler faz uma crítica ao binarismo de gênero e aos discursos essencializantes. Esta complexa relação que produz o gênero contempla a manutenção de relações de poder desiguais e exclusões, de forma que se distanciem deste lugar, produzindo corpos excluídos e silenciados que ficam à margem da norma.

Nos estudos de gênero que partem desta perspectiva, busca-se visibilizar a construção e a desconstrução do gênero, desafiando e desestabilizando uma norma social que produz a desigualdade no exercício dos direitos e a manutenção de uma dominação masculina. Logo, os grupos reflexivos são ferramentas importantes para produzir a desestabilização e a desconstrução destas relações e dar visibilidade à diversidade: àquilo que é excluído e silenciado. O grupo propõe uma implicação, reflexão crítica e estranhamento do óbvio e do que é dado socialmente. Por exemplo, diante da socialização de gênero reproduzida no processo grupal, o facilitador ou facilitadora deve procurar questionar as práticas cotidianas que instauram e incorporam a norma de gênero. Assim, podemos promover a reflexão sobre o ideal da complementariedade no amor romântico, a historicidade das tarefas domésticas, a invisibilidade de diferentes expressões de masculinidades, as histórias pessoais de construção de masculinidades e feminilidades, os sentimentos e emoções considerados masculinos e femininos e as crenças e ideologias que estão por trás dessas considerações.

### ***Estudos de gênero e teorias feministas***

- *Gênero como norma social reiterada, repetida cotidianamente. Também como construção social, configurado em relações de poder.*
- *Gênero construído por práticas performáticas que dão legitimidade a certos corpos.*
- *Gênero como operador analítico.*
- *O conceito de gênero ligado a seu caráter político e feminista, implicado em relações desiguais de poder, direitos humanos e contexto histórico-cultural.*
- *Trabalho de desconstrução de gênero.*
- *Linguagem e discursos como produtores de gênero.*
- *Crítica ao binarismo e discursos essencializantes.*

*O grupo reflexivo possibilita questionamentos e reflexões críticas sobre a construção do gênero, pode criar desestabilização das relações de gênero, enfatizando a diversidade de expressões de sexualidades, identidades e visibilizando o que está excluído. Possibilita o diálogo, a circulação de discursos e a produção de novas narrativas, desafiando a norma social produtora de desigualdades e dominação masculina.*

## Visão sistêmica, ecológica e complexa

Pensar no gênero traz à tona a necessidade de um olhar ampliado, que contemple a complexidade, o dinamismo, os múltiplos fatores influentes e a interdisciplinaridade. Neste sentido, os pensamentos sistêmico, ecológico e complexo tornam possível um olhar relacional e contextual, evidenciando a multiplicidade de fatores envolvidos no seu processo de construção.

A ideia de uma “teoria geral dos sistemas” é introduzida por Ludwig Von Bertalanffy<sup>8</sup>, que considera um sistema como um complexo conjunto de elementos em interação, movimentando-se de modo interdependente, como um grande organismo vivo. Esta teoria nos faz refletir como o ser humano está implicado com tudo ao seu redor, influenciando e sendo influenciado pelo seu meio. A partir desta proposição, não vemos uma causa e um efeito apenas, mas sim um complexo conjunto de fatores, fatos, objetos e movimentos conectados entre si e influenciando cada movimento em um processo interacional em rede. Uma família, uma comunidade, um grupo são entendidos como sistemas e subsistemas em interdependência, com capacidade de equilibrar-se entre si e internamente, em um movimento de homeostase, que produz equilíbrio e resistência a determinadas mudanças. Este olhar nos ajuda a entender tanto as narrativas emergentes no grupos quanto as relações entre os participantes. Também nos dá elementos de compreensão dos possíveis processos de mudança e movimento entre os integrantes de um sistema determinado.

Um dos principais e clássicos autores da perspectiva ecológica é Bronfenbrenner (1997, 1979 e 1986) que considera que os sistemas se desenvolvem em rede e interatuam, desenvolvendo relações múltiplas. Para ele, os sistemas são divididos em:

- *Microssistema*: refere-se ao contexto mais próximo, às relações diretas, à família.
- *Mesosistema*: relações entre microssistema e relações de trabalho, amizade, serviços sociais.
- *Exossistema*: a comunidade mais próxima, instituições, meios de comunicação, órgãos judiciais.
- *Macrossistema*: contexto mais amplo, sistema de crenças, estilos de vida, cultura, subcultura, padrões generalizados.
- *Cronossistema*: história de experiências pessoais do indivíduo, espectro de fatores históricos do desenvolvimento e interação com o microssistema.

Em nossos grupos reflexivos, atuamos diante do microssistema, da linguagem, das narrativas e das relações próximas, mas sem perder de vista a inserção deste no macrossistema. O efeito de mudança e transformação que acontece na interação também busca interatuar entre estes sistemas, através da promoção de reflexões críticas de aspectos do macrossistema. Dá-se também especial atenção às redes sociais, redes de comunicação e narrativas produzidas nestas relações<sup>9</sup>. Nessa forma de pensamento, o saber é sempre inacabado, incompleto, por considerar a complexidade e a densidade das relações, além da multiplicidade de fatores envolvidos em um fenômeno de produção de conhecimento. Dá-se, portanto, mais atenção aos processos do que

---

<sup>8</sup> Para uma introdução à Teoria Geral dos Sistemas, ver Bertalanffy Von, L. (2013). *Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Petrópolis, RJ: Vozes; Ludewig, K. (2010). *Bases teóricas de la terapia sistémica*. México, DF: Herder; Vasconcelos, M.J.E. de. (2003). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus.

<sup>9</sup> Por exemplo, no caso do trabalho com homens autores de violência de gênero, as referências que relatam intervenções grupais pontuadas nestas teorias são Edleson e Tolman (1992), Acosta, Andrade e Bronz (2004), Garda Salas (2009) e Beiras (2009, 2012).

ao fim em si, considerando que este fim é momentâneo e o ponto de partida de outro processo. Assim, destacam-se o movimento e o fluxo que conduzem a outra possibilidade de leitura ou outra interpretação.

Entende-se que nunca seria possível isolar um objeto de seu contexto e antecedentes. Uma criança não poderia ser vista isolada de seu contexto familiar, comunitário ou social; um grupo não está isolado das questões sociais mais amplas; o pesquisador não está desvinculado de seu objeto de pesquisa. Dessa maneira, o observador não está separado daquilo que observa: ele é parte disso, e o conhecimento emergente só faz sentido na relação, que dizer, não é exterior ao sujeito mas produzido no ato. Por este motivo, entendemos que o facilitador ou a facilitadora dos grupos reflexivos de gênero precisa implicar-se na temática e revisar suas práticas cotidianas e sua construção de gênero para poder trazer reflexões e desenvolver contextos que promovam a crítica e a desconstrução de gênero nos grupos. Esta pessoa deve também propiciar uma relação de parceria com os participantes do grupo, deixando de lado o papel de diretor de um processo e reconhecendo a posição dos outros através de suas narrativas. Não é um exercício fácil, pois quem exerce a facilitação do grupo precisa abandonar o lugar de prepotência do conhecimento ilustrado (a autoridade que outorga o saber), para escutar e observar de maneira atenta, sem julgar o outro. Com isto, esperamos que ele ou ela possa acolher essa fala, elaborá-la com a experiência própria e devolvê-la como uma pergunta respeitosa e ao mesmo tempo questionadora da realidade desse participante.

### **Pensamento sistêmico, ecológico e da complexidade**

- *Complexo conjunto de elementos em interação.*
- *Processos interrelacionais em rede.*
- *Famílias, comunidades, grupos entendidos como sistemas.*
- *Movimentos e processos de mudança movem todo o sistema e suas relações.*
- *Sistema ecológico dividido em microssistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema.*
- *Redes sociais, redes de comunicação e narrativas produzidas nestas relações.*
- *Saber e conhecimento compreendido como inacabado.*
- *Atenção focada nos processos, não em causas e efeitos.*
- *Observador não está separado daquilo que observa.*
- *Não seria possível isolar um objeto de seu sistema, relações e contextos.*

O grupo deve ser entendido como um sistema, com suas formas específicas de interação, das quais o facilitador também faz parte e atua. Portanto, é importante que ele ou ela revise suas práticas cotidianas, além dos sentidos e significados dados ao gênero, e interatue na produção de diálogos e saberes no grupo implicados com o contexto e sistemas maiores. A atenção é dada no processo, no movimento e na relação entre os sujeitos participantes e seus contextos maiores.

## **Educação popular**

Os princípios da educação popular na obra de Paulo Freire são importantes referentes políticos e conceituais para a concepção das atividades grupais e comunitárias e das metodologias realizadas pelo Instituto Noos. Conhecido internacionalmente por sua luta contra situações de opressão, Freire propôs um sistema diferenciado de ensino e aprendizagem, no qual os participantes

são estimulados a pensar, a refletir e implicar-se no processo de aprendizagem, onde ensinar é um exercício de diálogo e troca.

Freire (2004) fala da pedagogia da pergunta e do diálogo como alternativa crítica a uma pedagogia da resposta. O autor afirma que a educação se concretiza por meio do diálogo reflexivo, tendo como pressuposto que estamos em constante processo de transformação. Além disso, Freire (1979) enfatiza que o aprendizado só é libertador quando se respeitam os saberes socialmente construídos na troca de experiências de vida de cada pessoa. Assim, o conhecimento é contextualizado a partir da experiência do aprendiz, e o professor ou facilitador procura produzir junto com ele reflexões e compreensões sobre o tema estudado, evitando uma posição autoritária do professor como dono do saber e subordinada do estudante como ser carente e incompleto.

As bases teóricas apresentadas formam um modelo de prática que dá ênfase à linguagem, à relação, à reflexão crítica e colaborativa. Tais bases propõem uma forma de agência para colocar a questão de gênero no horizonte de interpretação da realidade das e dos participantes de um grupo reflexivo. Questão que, como já dissemos, aponta para transformações das relações sociais no sentido da igualdade, da autonomia das pessoas, do respeito à diversidade e à diferença, do exercício dos direitos humanos e da expressão de sexualidades e identidades de gênero.

### ***Educação popular***

- *Sistema diferenciado de ensino e aprendizagem, participantes estimulados a pensar e refletir a partir de sua experiência e contexto.*
- *Conhecimento contextualizado na experiência do aprendiz.*
- *Bom senso, humildade e tolerância como características importantes no processo de aprendizagem.*
- *Ensinar entendido como um exercício de diálogo e trocas, libertador e respeitoso a diferentes saberes.*

*No grupo, isso se traduz na atenção à produção de interações e trocas respeitadas, integradas a diferentes saberes, e à produção de perguntas que geram reflexões contextualizadas na experiência de cada participante.*

## PASSO A PASSO DA METODOLOGIA DOS GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO

O avanço do movimento feminista nos Estados Unidos se deve, em parte, a realização de grupos de discussão com mulheres, que foram amplamente realizados no país. Michael Kimmel, sociólogo americano, que foi uma importante referência para nós quando a metodologia começou a ser criada, por ocasião de um encontro ocorrido no Instituto Noos, contou que certa vez participou de um grupo desse tipo. Em um dos encontros, a coordenadora do trabalho pediu que as participantes descrevessem a imagem que enxergavam quando se olhavam no espelho. Muitas citaram qualitativos como mulher, negra, mãe e assim por diante. Quando chegou a vez dele, disse que via apenas “uma pessoa”. Tal episódio o ajudou a compreender como, na medida em que não precisou adicionar características complementares à sua descrição, a configuração de gênero da qual faz parte (homem branco e de classe média) possui maior grau de legitimidade social perante as demais. Além disso, sugeriu que esta mesma configuração se beneficia de certa invisibilidade, o que a tornaria imune a contestações que exporiam sua posição de poder. Kimmel não apenas retratou a gênese de uma ideia muito cara à sua obra, como demonstrou que, quando colocamos pessoas para conversar sobre um determinado assunto, pode ocorrer uma inflexão na forma como vemos o mundo.

Seguindo o referencial teórico do construcionismo social, a experiência no **grupo reflexivo de gênero** pode ser vista como uma prática onde diferentes descrições sobre como nos relacionamos, a partir de um lugar socialmente definido, são expostas e confrontadas. Como acreditamos existir uma correlação direta entre a forma como falamos sobre as coisas e a forma como agimos em relação a elas, neste processo podem surgir novas descrições, e ao mudarmos nossas descrições também estaremos mudando nossa forma de se relacionar com as coisas do mundo. Assim sendo, a linguagem se torna central para o trabalho. Utilizando uma expressão baseada na filosofia pragmática de John Austin, ela possui caráter performativo (noção que Butler toma como referência para falar do gênero). Em outras palavras, a linguagem não deve ser vista como algo que revela passivamente alguma coisa, mas pela participação ativa na construção do processo de compreensão que temos sobre nós, os outros e o mundo. É importante ressaltar que os significados na linguagem não são dados individualmente, mas compartilhados de maneira coletiva e utilizados de modo mais ou menos consensual pelas pessoas que compartilham o mesmo código linguístico.

No entanto, existem outras formas de se definir um grupo reflexivo de gênero<sup>10</sup>:

---

<sup>10</sup> Tais definições foram apresentadas por Irene Loewenstein na quarta edição do Curso de Facilitação de Grupos Reflexivos de Gênero, realizado no âmbito do projeto +Pai, em outubro de 2015, na cidade de São Paulo.

- É um espaço de convívio onde se deve valorizar a diversidade através do exercício do diálogo.
- É um espaço de problematização e questionamento que pode promover uma imersão crítica e novos olhares sobre o cotidiano de seus participantes.
- É um espaço de produção individual e coletiva de conhecimento.
- É um espaço de valorização da cidadania quando desvela a importância de cada participante do grupo na constituição dos saberes ancorados no contexto social do qual todos fazem parte.

Nossa expectativa é que os grupos reflexivos de gênero possam abrir possibilidades para a construção de relações de gênero mais equitativas.

O trabalho é dividido em três etapas: constituição do grupo, realização dos encontros reflexivos e avaliação do trabalho. Quem coloca este processo em movimento é a dupla de facilitadores(as). Além disso, é recomendável que outra pessoa ou equipe, que não participa dos grupos, possa realizar o monitoramento e a avaliação do trabalho.

A seguir, faremos uma descrição do papel da facilitação e das três etapas já mencionadas.

## **A facilitação**

A facilitação tem por propósito cuidar do processo grupal. Isso significa dizer que as pessoas que exercem a facilitação podem assumir tarefas que garantam o funcionamento do grupo, bem como tentar dirimir situações que venham a gerar obstáculos ao seu andamento e garantindo que o objetivo da proposta seja alcançado (Fuks & Rosas, 2014). É importante ressaltar que o facilitador(a) deve se submeter a um grupo reflexivo de gênero antes de exercer a função. Quem pretende ocupá-la deve primeiro questionar seus próprios valores e ideias a respeito das relações de gênero. Além disso, a experiência fará com que o facilitador(a) se familiarize com o processo e com a postura reflexiva com a qual deve estar comprometido a se manter durante todo o trabalho.

Cabe aqui uma breve discussão sobre o que estamos chamando de postura reflexiva. O conceito surge a partir da obra do psiquiatra e terapeuta de família Tom Andersen, no esteio da metodologia que criou para o trabalho com famílias em situação terapêutica. A postura reflexiva requer a participação de um grupo de profissionais externos ao conjunto, formado pelos terapeutas de família e pela própria família: a equipe reflexiva. Tal equipe observa os terapeutas e a família conversando, depois entra em cena, comentando a conversa. Neste momento, a equipe reflexiva é observada pelos terapeutas e pela família. Em nenhuma das etapas ocorre interação entre os diferentes grupos. Esta posição de absoluta escuta possibilita estabelecer uma relação sobre o que está sendo dito e nossos próprios diálogos internos. Segundo Andersen, tal confrontação está no cerne do processo reflexivo, já que, parafraseando o antropólogo Gregory Bateson (1994), perspectivas diferentes sobre um mesmo assunto trazem novas ideias e significados.

Andersen (1996) sugere que as conversas na equipe reflexiva não sejam nem pouco nem muito distintas do que eventualmente as pessoas estão acostumadas, como o linguajar técnico. Tais recomendações, seguindo as propostas dos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela (1993), visam promover mudanças respeitando a integridade de cada pessoa. Para estes últimos, todo o conhecimento que alguém produz ao longo da vida tem valor de sobrevivência e agirá de modo coerente a cada indivíduo. Um homem que não derrama lágrimas, mesmo na situação mais triste, pode estar apenas se protegendo de uma experiência que tornaria sua situação ainda mais avassaladora, uma vez que chorar não é “coisa de homem”.

A postura reflexiva que o facilitador(a) deve estimular nos participantes do grupo é aquela que está comprometida com a tríade escutar, avaliar o impacto pessoal das falas de terceiros e



compartilhar tal avaliação. Ele(a) também pode compartilhar o que pensa e sente sobre o que está sendo dito, sobretudo quando achar que sua intervenção pode auxiliar no aprofundamento do tema debatido. Resultados obtidos com o monitoramento e a avaliação dos grupos realizados pelo Instituto Noos demonstram que o posicionamento pessoal do(a) facilitador(a) ajuda na aproximação dos mesmos com os demais membros do grupo, o que é visto de forma positiva. Assim sendo, o facilitador(a) deve manter uma atitude de permanente auto-observação durante sua prática.

É desejável que cada grupo tenha mais de um facilitador(a) por duas razões: uma situação grupal produz muita informação simultânea e a presença de duas ou mais pessoas pode evitar que algum detalhe importante seja perdido. Além disso, a dupla de facilitadores(as) pode conversar entre si sobre o que escuta no grupo, simulando uma equipe reflexiva. Outros três recursos fundamentais a cargo da equipe de facilitação são a utilização de **disparadores de conversas, sínteses dos encontros reflexivos e perguntas**.

**Disparadores de conversas** são atividades realizadas no início dos encontros com o objetivo de estimular o debate acerca do tema proposto para o dia. Não há um modelo específico de atividade deste tipo que deva ser necessariamente adotado, no entanto, algumas referências de *links* e bibliografia no próximo capítulo fornecem várias propostas de atividades. A única orientação importante a ser seguida é a de que os disparadores não se constituam como um fim em si mesmo. Sua importância reside exclusivamente na capacidade de estimular e delimitar as conversas aos temas dos encontros reflexivos.

As **sínteses dos encontros** são pessoais e grupais. As primeiras podem ser realizadas por cada membro do grupo em um caderno específico chamado por nós de **diário de viagem**. O conteúdo a ser registrado neste caderno e a decisão de apresentá-lo ao grupo é de caráter pessoal. As sínteses grupais devem ser feitas pelos facilitadores (as) e podem acontecer sempre que os mesmos ou o grupo acharem importante, mas sugerimos que aconteça necessariamente no momento final dos encontros, em algum material que possibilite sua exposição (como uma cartolina). O conjunto destas sínteses deve estar presente em todos os encontros. Elas mantêm o grupo atento aos conhecimentos que vão sendo produzidos ao longo do trabalho. Isso é importante na medida que acreditamos que os significados associados a tais conhecimentos criam as “realidades” por meio das quais interagimos com o mundo. Inclusive, como possuem caráter temporário, transitório e contingente (Rasera, 2007), podem ser modificadas a qualquer momento.

As **perguntas** merecem atenção especial na medida em que seu papel apresenta destaque na visão sistêmica, no construcionismo social e na obra de Paulo Freire. Em todos estes referenciais teóricos, a pergunta não é vista como um instrumento de prospecção da verdade, mas como promotora de aberturas para conversas que possam trazer novos significados. Para este fim, torna-se útil a distinção realizada por Anderson e Goolishian em seu texto *O cliente é o especialista* (1993), onde consideram existir perguntas condicionais, nas quais o entrevistador pergunta a partir de um lugar de saber, e perguntas conversacionais, em que o entrevistador pergunta de um lugar de não saber. No primeiro caso, sempre se procura confirmar as hipóteses baseadas em uma perspectiva teórica ou paradigmática específica, e quando o entrevistador alcança o resultado desejado as conversas tendem a se esvaziar. No segundo caso, procura-se compreender o que está sendo dito pela pessoa, e tal processo sempre abre novos caminhos a serem tomados pelas conversas. Por isso, recomenda-se que os(as) facilitadores(as) estejam alinhados(as) com este tipo de pergunta, que pode ser dividida em duas categorias distintas, uma que se refere a relações de gênero e outra que remete ao que acontece no grupo.

Existem diversos exemplos de perguntas ligadas à primeira categoria no capítulo *Conversando sobre gênero*. Elas têm como objetivo aprofundar conversas relacionadas ao tema principal do trabalho e podem ser agrupadas nas seguintes subcategorias, aquelas que exploram:

- como os participantes vivem no dia a dia as relações de gênero;
- as relações familiares com ênfase no exercício da maternidade e da paternidade;
- os conflitos que surgem nas relações de gênero;
- como os cuidados pessoais se processam nas relações de gênero;
- como o processo de socialização pessoal influenciou suas relações de gênero;
- as normas sociais e as relações de poder atravessadas pelo recorte de gênero.

A segunda categoria de perguntas procura instigar os participantes do grupo a se colocarem em perspectiva em relação aos demais participantes. Tais perguntas podem suscitar narrativas a respeito do que cada um pensa e sente sobre o que está sendo dito e feito, além de ajudar a promover o intercâmbio de visões distintas, que são a base do processo reflexivo. Em seguida, apresentamos alguns formatos possíveis para perguntas com este objetivo:

- Em uma situação em que alguém diz algo que soa agressivo: o que fulano disse te incomoda? Por quê?
- Em uma situação em que se sugere algo que o grupo parece não gostar, você sugeriria algo diferente? Por quê?
- Em uma situação em que alguém se emociona: alguém gostaria de dizer algo para fulano (que se emocionou) sobre como a expressão de seu sentimento te impactou?
- Em uma situação em que alguém diz não ter compreendido o que foi dito: alguém poderia tentar explicar para fulano (que não compreendeu), com suas próprias palavras, o que foi dito?

\* Ainda sobre o uso de perguntas como recursos, recomendamos a leitura dos capítulos de Vasconcellos (2010), no livro *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*, v. III. “Desenvolvendo práticas com a metodologia de atendimento sistêmico”, organizado por Juliana Gontijo Aun, Maria J. Esteves de Vasconcellos e Sônia Vieira Coelho (Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa, 2000). Nesta referência é possível encontrar diversos outros tipos de perguntas sistêmicas e reflexivas, com alguns possíveis exemplos. Recomendamos também a leitura do livro *Processos reflexivos*, de Tom Andersen (Editora Noos, 1991).

Por fim, é muito importante que a equipe de facilitação tenha um espaço próprio de troca que propicie:

- 1) Uma revisão da postura de cada facilitador(a), abrindo a possibilidade de ajustar sua conduta de acordo com o espírito do trabalho.
- 2) Uma revisão das questões levantadas e das situações suscitadas durante os encontros, que podem merecer uma maior elaboração em outros momentos.
- 3) O planejamento conjunto dos encontros.

## Constituindo o grupo

Ao longo dos anos, tivemos a oportunidade de experimentar a realização de grupos fechados e abertos. Os primeiros são constituídos por pessoas que participam dos encontros desde o início do trabalho e o segundo possibilita a entrada de novos membros ao longo do mesmo. Nossa preferência é pela primeira alternativa, pois os primeiros encontros são fundamentais para a constituição do grupo. Nesta etapa ocorrem importantes definições, e isto possibilita que os participantes estabeleçam uma identificação mais estreita com a proposta de trabalho, estimulando uma participação mais ativa. A entrada tardia no grupo pode dificultar o alinhamento com o

processo. Sem contar com o fato de que os retardatários poderão perder discussões importantes. Por outro lado, a experiência mostra que, em grupos fechados, a evasão é uma realidade muito presente, e por isso é importante iniciar o trabalho com um contingente de pessoas maior do que se pretender ter de fato. Acreditamos que o número mínimo ideal de participantes gire em torno de dez, com um máximo de vinte.

Ao longo dos anos, temos realizado entrevistas individuais que precedem o início do grupo. Em geral, realizamos uma entrevista por candidato(a), mas se não for suficiente é possível marcar outros encontros. Se ainda não houver pessoas para compor um grupo e for necessário realizar uma convocação nesse sentido, nossa experiência tem mostrado que é preciso realizar pelo menos três vezes mais entrevistas com diferentes candidatos do que a quantidade de participantes que se planeja ter inicialmente.

A entrevista é importante por três razões. Em primeiro lugar, auxilia ao candidato(a) a avaliar se o objetivo e a proposta de trabalho realmente lhe interessa. Já presenciamos dificuldades por conta das pessoas não apresentarem este tipo de identificação. Para isso, o(a) facilitador(a) deve descrever seu objetivo e a forma como irá funcionar. Obviamente, tal benefício não se aplica a pessoas que participam do trabalho de forma compulsória. De qualquer maneira, a explicação sobre o objetivo e o funcionamento devem permanecer, uma vez que nossa experiência tem mostrado que os homens encaminhados pelos JVDMs não têm nenhum conhecimento sobre a proposta. Neste caso, também é importante diferenciá-la da função da justiça. Como foi descrito no Capítulo I, uma inadvertida associação entre as duas coisas pode comprometer os resultados do trabalho. Em segundo lugar, podem haver entraves para que a pessoa participe dos encontros reflexivos, como problemas de compatibilização de agenda e até, de forma bastante rara, problemas de saúde, como uma grave situação de alcoolismo. Em terceiro lugar, a entrevista auxilia no processo de vinculação com o trabalho. Neste caso, deve-se solicitar que a pessoa exponha suas expectativas em relação ao mesmo, bem como definir que temas gostariam de trabalhar no âmbito dos encontros reflexivos. Isto abre a possibilidade de que ela já se sinta incluída e possa começar a se vincular com a proposta.

## Constituindo os encontros reflexivos

No últimos anos, temos trabalhado com a quantidade de doze encontros por grupo. No entanto, a quantidade máxima é uma questão em aberto. Este é um ponto que pode ser definido com o próprio grupo, quando possível. Porém, é importante que seja estabelecido um prazo para seu término. Tal condição é fundamental para otimizar as conversas a serem realizadas no âmbito do grupo, já que um número limitado de encontros compele o grupo a circunscrever melhor seus relatos, e também para avaliar os resultados que serão obtidos com o trabalho.

O mesmo não acontece com o intervalo de tempo entre os encontros. Nós recomendamos apenas um por semana, já que é muito difícil que todos os participantes tenham disponibilidade para mais. É possível realizar encontros quinzenais. Neste caso, sugere-se que a equipe de facilitação forneça tarefas a serem realizadas durante o intervalo dos encontros, as chamadas de **atividades de ligação**. Intervalos superiores a quinze dias podem trazer efeitos disjuntivos para a cadência das conversas entre os encontros.

Sobre o tempo de duração de cada encontro, sugerimos no mínimo duas e no máximo três horas. Menos do que isso pode não ser suficiente para que todos os participantes tenham oportunidade de se colocar. Mais do que isso pode gerar desgaste e conseqüente desmotivação. Recomendamos que sempre seja feito um intervalo para lanche, o que é fundamental para promover maior integração entre os membros do grupo, dirimir eventuais tensões causadas pelas conversas e propiciar mais fôlego para a continuidade do encontro.

Os primeiros encontros são dedicados ao **acordo de convivência** que, elaborado com a participação de todos(as), é um apanhado de sugestões de condutas e posicionamentos éticos que podem fazer com que a diversidade seja acolhida no grupo. É muito importante que o acordo seja feito com calma, consensualmente e, na medida do possível, de forma que todos compreendam a importância de cada ponto. O problema é que este processo pode se tornar enfadonho, pois não estamos acostumados a estabelecer diretrizes prévias que deverão pautar nossos relacionamentos futuros. Por conta disso, para tornar a tarefa mais dinâmica, sua elaboração pode ser acompanhada por diversos exemplos pessoais, que justifiquem a relevância de cada ponto também nas relações com pessoas externas ao grupo. Da mesma forma, é desejável que a quantidade de encontros e seu tempo de duração sejam contemplados pelo acordo. Sugerimos que uma cópia do mesmo esteja presente nos encontros, pois se algum participante apresentar uma conduta inadequada ao bom andamento do trabalho (como sempre intervir nas falas de outras pessoas, impedindo a conclusão das narrativas, por exemplo) é também papel dos facilitadores trabalhar esta situação com o grupo a luz do acordo de convivência.

A **agenda do grupo**, que recomendamos ser feita logo após o acordo de convivência, consiste no estabelecimento de um repertório de temas de interesse do grupo. Os temas podem ser previamente divididos entre todos os encontros ou debatidos conforme o interesse das pessoas. Na maioria das vezes, a quantidade de temas propostos excede a quantidade de encontros estabelecidos. Neste caso, propomos a junção dos temas com algum grau de correlação em categorias temáticas mais amplas, pois é muito importante que todos se sintam contemplados. Importante ressaltar que sempre existe a possibilidade de um mesmo tema ser debatido mais de uma vez, caso o grupo avalie que este merece um aprofundamento maior. É importante também reservar um tempo, no final do encontro, para pontuar as principais reflexões realizadas e elaborar uma síntese do trabalho, a fim de consolidar os conhecimentos produzidos no dia, conforme já mencionado.

## **Avaliação do trabalho**

A inserção de um processo de monitoramento e avaliação do trabalho em paralelo à sua realização é de extrema importância tanto para os participantes quanto para a equipe de facilitação. Os primeiros poderão se debruçar sobre os efeitos do grupo e sua relevância para a própria vida, e a equipe poderá utilizar os resultados deste processo no aperfeiçoamento de seu trabalho.

Existem diversas formas de monitorar e avaliar o trabalho, e nós utilizamos uma combinação que mescla as de caráter quantitativo e qualitativo. O processo tem início ainda na entrevista individual, na qual a equipe de facilitação aplica um questionário que colhe dados pessoais, perfil socioeconômico, informações que traçam um perfil das pessoas a partir de suas crenças sobre relações de gênero e, caso estejamos trabalhando com pessoas em situação de violência, um levantamento sobre como a problemática se evidencia em sua vida e na sua família de origem. Também reservamos o último encontro do grupo para a aplicação de um questionário a ser preenchido pelos participantes, que avalia os resultados do trabalho segundo suas perspectivas, e a realização de um grupo focal, que é uma entrevista semiestruturada a ser respondida por todo o grupo. Este último encontro deve ser realizado por outra equipe que não a dos(as) facilitadores(as) para que os participantes do grupo não se intimidem em suas respostas.

É importante que seja produzido um relatório final onde todas as informações geradas pelos instrumentos de pesquisa sejam sistematizadas. Este documento, quando possível, deve ser apresentado pelos facilitadores(as) ao grupo para que se avalie se os resultados foram satisfatórios e se é necessário continuar com o trabalho, caso isso seja possível.

## **Considerações finais**

A metodologia que acabamos de descrever não pretende se esgotar aqui. O que ora apresentamos consiste em um modelo que pensamos ser ideal para se alcançar o propósito do trabalho hoje, e que provavelmente sofrerá alterações no futuro. Preferimos considerá-la um ponto de partida para quem deseja realizar um trabalho desta natureza. Aportes realizados por terceiros(as) que promovam modificações em sua estrutura são muito bem-vindos, pois acreditamos que expressarão a necessidade de se adequar a metodologia aos diferentes contextos em que será aplicada.

Por outro lado, existem alguns princípios que norteiam sua formulação e que consideramos fundamentais a qualquer metodologia que pretenda criar um ambiente propício ao debate sobre relações de gênero. Antes de tudo, acreditamos não ser recomendável estimular o estabelecimento de hierarquias entre seus membros, principalmente entre os(as) facilitadores(as) e os demais, sob risco de reforçarmos os já cristalizados desequilíbrios de poder entre as diferentes configurações de gênero presentes em nossa sociedade. O respeito pela diversidade de vozes e sua inclusão nos encontros reflexivos é outra pedra angular da metodologia. Acreditamos que ela é o próprio motor para a abertura de novos significados e onde reside a principal finalidade dos(as) facilitadores(as). Por último, a ideia de que nos constituímos na linguagem, cujos significados são dados de forma consensual, também nos é muito importante. Dado o caráter temporário, transitório e contingente deste jogo de significações, estas são passíveis de serem reformuladas. Do contrário, não poderíamos almejar as mudanças que tanto desejamos.

## Capítulo 5.

# BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR E LINKS ÚTEIS

**A**baixo relacionamos uma série de referências que consideramos complementares à metodologia e que auxiliam no aperfeiçoamento da tarefa de facilitação, bem como na ampliação do debate sobre a temática de gênero.

### **LINKS ÚTEIS:**

#### **Masculinidad y Equidad de Género – Cultura y Salud:**

[www.emc.cl](http://www.emc.cl)

Site que disponibiliza diversos materiais e manuais sobre o trabalho, centrado nas masculinidades e em diversos temas transversais.

#### **Artigos e materiais para baixar no site do Noos:**

<http://noos.org.br/portal/fique-por-dentro/artigos/>

#### **Editora do Instituto Noos:**

<http://noos.org.br/portal/editora/livros/>

#### **Mapeamento de serviços de atenção a homens autores de violência no Brasil:**

[www.noos.org.br/userfiles/file/Relat%C3%B3rio%20Mapeamento%20SHAV\\_site.pdf](http://www.noos.org.br/userfiles/file/Relat%C3%B3rio%20Mapeamento%20SHAV_site.pdf)

#### **Observatório Lei Maria da Penha:**

[www.observe.ufba.br](http://www.observe.ufba.br)

#### **MenEngage:**

[menengage.org](http://menengage.org)

#### **Instituto de Estudos de Gênero (UFSC)**

<http://www.ieg.ufsc.br/>

#### **Ferramentas para o trabalho com homens autores de violência – Rutgers Holanda:**

[www.rutgerswpf.org/our-products/tools/toolkit-men-male-counselling-context-intimate-partner-violence](http://www.rutgerswpf.org/our-products/tools/toolkit-men-male-counselling-context-intimate-partner-violence)

### **Pesquisas nacionais sobre gênero e violências:**

[centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf](http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf)

[www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/2009-pesquisa-ibope.avon-violencia-domestica.pdf](http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/2009-pesquisa-ibope.avon-violencia-domestica.pdf)

[agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens\\_versao02-12-2014.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf)

### **Manuais com dinâmicas para intervenção (colocar aqui o nome de cada manual):**

<http://www.eme.cl/manual-prevencion-de-la-violencia-sexual-con-varones-manual-para-el-trabajo-grupal-con-adolescentes-y-jovenes/>

[www.masculinidadesygenero.org/Manual\\_Terminado\\_UNFPA\\_Centro%20Estudios%20Masc\\_2015.pdf](http://www.masculinidadesygenero.org/Manual_Terminado_UNFPA_Centro%20Estudios%20Masc_2015.pdf)

[www.eme.cl/manual-previniendo-la-violencia-con-jovenes-talleres-con-enfoque-de-genero-y-masculinidades](http://www.eme.cl/manual-previniendo-la-violencia-con-jovenes-talleres-con-enfoque-de-genero-y-masculinidades)

[promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf](http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf)

[promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-H-Trabalhando-com-Homens-Jovens.pdf](http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-H-Trabalhando-com-Homens-Jovens.pdf)

[www.endvawnow.org/en/articles/223-group-education.html](http://www.endvawnow.org/en/articles/223-group-education.html)

[www.mulherespaz.org.br/publicacoes/livro-mulheres-e-homens-pela-paz/](http://www.mulherespaz.org.br/publicacoes/livro-mulheres-e-homens-pela-paz/)

[www.mulherespaz.org.br/publicacoes/mulheres-e-homens-pela-paz-e-contra-o-trafico-de-mulheres-e-a-violencia-sexual](http://www.mulherespaz.org.br/publicacoes/mulheres-e-homens-pela-paz-e-contra-o-trafico-de-mulheres-e-a-violencia-sexual)

### **Normativas internacionais sobre o trabalho grupal com homens autores de violência:**

Europa: [www.work-with-perpetrators.eu/index.php?id=49](http://www.work-with-perpetrators.eu/index.php?id=49)

México: [www.gendes.org.mx/publicaciones/LINEAMIENTOS\\_TRABAJO\\_HEV\\_2009.pdf](http://www.gendes.org.mx/publicaciones/LINEAMIENTOS_TRABAJO_HEV_2009.pdf)

Espanha: [www.luisbonino.com/pdf/CUADERNOS-G25.pdf](http://www.luisbonino.com/pdf/CUADERNOS-G25.pdf)

### **VÍDEOS E FILMES:**

#### **Sobre violência de gênero e trabalho com autores de violência:**

Fernández-Martorell, M. (prod.) *¿No queríais saber por qué las matan? POR NADA* [DVD]. Barcelona: Canónigo Films, 2009.

*Te doy mis ojos* (Pelos meus olhos), 2003: [www.imdb.com/title/tt0350193](http://www.imdb.com/title/tt0350193)

*Amor? O filme*: [www.amorofilme.com.br](http://www.amorofilme.com.br)

#### **Sobre relações entre homens, masculinidades e emoções:**

*Una pistola en cada mano* (O que os homens falam): [www.imdb.com/title/tt1945034](http://www.imdb.com/title/tt1945034)

#### **Vídeos feitos por ONGs:**

Não é fácil, não! (Promundo e Noos): [www.youtube.com/watch?v=phX\\_UoHkw5o](http://www.youtube.com/watch?v=phX_UoHkw5o)

Canal Promundo: [www.youtube.com/channel/UCTtn7CD05lCjyZLu\\_QzltOA](http://www.youtube.com/channel/UCTtn7CD05lCjyZLu_QzltOA)

#### **Links de instituições que trabalham com o tema de gênero:**

[www.eme.cl](http://www.eme.cl)

[www.mulherespaz.org.br](http://www.mulherespaz.org.br)

www.noos.org.br

www.promundo.org.br

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DIVIDIDA POR TEMAS:

### Conceito de Gênero:

Scott, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Sociedade*, 16(2), p. 5-22, 1990. Disponível em: [www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf](http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf)

Wolff, C. S.; Saldanha, R. A. Gênero, sexo, sexualidades. Categorias do debate contemporâneo. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015. Disponível em: [www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/482/595](http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/482/595)

Oliveira, J. M. de; Amâncio, L. Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia*, 40, p. 45-61, 2002. Disponível em: [www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n40/n40a03](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n40/n40a03)

Scott, J. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), p. 11-30, 2005. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf)

Laqueur, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001

Butler, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*, 19(1), p. 95-126, 2009. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100006)

Butler, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Butler, J. Regulaciones de género. *Revista de Estudios de Género La Ventana*, 23, p. 7-35. 2006. Disponível em: [www.redalyc.org/articulo.oa?id=88402303](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88402303)

Beiras, A.; Souza, C. D. de; Kaszubowski, E.; Soares, M. S.; Lago, M. C. de S. (2008). Sexo e gênero em revistas: uma análise preliminar de discurso. *Psicologia em Estudo*, 13(1), p. 97-104. Acessado dia 08/11/2015: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141373722008000100012&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722008000100012&lng=en&tlng=pt).

Guedes, M. E. F. Gênero, o que é isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 15(1-3), p. 4-11. Acessado dia 08/11/2015: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498931995000100002&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498931995000100002&lng=en&tlng=pt).

### Gênero e psicologia:

Beiras, A.; Nuernberg, A. H.; Galvão Adrião, K. Estudos de gênero na Psicologia Brasileira – perspectivas e atuações da terceira geração. *Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social*, [S.l.], p. 203-216, nov. 2012. ISSN 1578-8946. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/Beiras>. Acessado dia 01/11/2015: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v12n3.818>.

Nogueira, C. Contribuições do Construcionismo Social a uma Nova Psicologia do Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, p. 137-153, 2001. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cp/n112/16105.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16105.pdf)

Borges, L. S. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200005>

Oliveira, J. M. Orientação sexual e identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: Nogueira, C.; Oliveira, J. M. (eds.). Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero (p. 19-44). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/92268.pdf>

Oliveira, J. M. de; Pinto, P.; Pena, C.; Costa, C. G. Feminismos queer: disjunções, articulações, ressignificações. *Ex aequo*, v. 20, p. 13-27, 2009. Disponível em: [www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874=55602009000200003-&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874=55602009000200003-&script=sci_arttext)

Nogueira, C.; Neves, S.; Barbosa, C. Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do gênero. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, v. 2, p. 01-15, 2005. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3954/1/artigo%20fundamentos%20construcionistas.pdf>



Narvaz, M. G.; Koller, S. H. Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19(2), p. 117-131, 2007. Acessado dia 08/11/2015: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652007000200009&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200009&lng=en&tlng=pt).

Neves, S.; Nogueira, C. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 43-64, 2003. Acessado dia 08/11/2015: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822003000200004&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822003000200004&lng=en&tlng=pt).

## **Masculinidades:**

Connell, R. W. La organización social de la masculinidad. In: Valdés, T.; Olavarria, J. (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*, p. 31-48, 1997. ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres. Disponível em: [www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresigualdad/fondo\\_documental/Identidad\\_masculina/la\\_organizacion\\_social\\_de\\_la\\_masculinidad.pdf](http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresigualdad/fondo_documental/Identidad_masculina/la_organizacion_social_de_la_masculinidad.pdf)

Viveros, M. Teorías feministas y estudios sobre varones y masculinidades. Dilemas y desafíos recientes. In: Ramirez Rodríguez, J. C.; Uribe Vázquez, G. (Eds.), *Masculinidades. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres*, p. 25-42, 2009. Madri: Plaza y Valdés.

Versão do mesmo texto, apresentada em congresso, disponível em: [www.lazoblanco.org/wpcontent/uploads/2013/08manual/bibliog/material\\_masculinidades\\_0545.pdf#page=11](http://www.lazoblanco.org/wpcontent/uploads/2013/08manual/bibliog/material_masculinidades_0545.pdf#page=11)

Connell, R. W.; Messerschmidt, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Rev. Estud. Fem.* 21 (1), p. 241-282, 2013. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf)

CHAGOYA, M. Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: Algunas provocaciones a propósito del “cambio” en los hombres. *Conexões Psi*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 31-56, 2014. Disponível em: <http://aplisuniam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/view/324>

BLAY, E. A. (Org.). *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 29-44. Disponível em: [www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl\\_id=458](http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=458)

## **Violência contra mulheres e o trabalho com homens autores de violência:**

Acosta, F.; Andrade, A. F.; Bronz, A. *Conversas homem a homem: Grupo Reflexivo de Gênero. Metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

Augusta-Scott, T. Narrative therapy: Addressing masculinity in conversations with men who perpetrate violence. In: Lehmann, P.; Simmons, C. A. (orgs.), *Strengths-based batterer intervention. A new paradigm in ending family violence*. Nova York: Springer Publishing Company, p. 113-135, 2009.

Beiras, A. Grupos de homens autores de violência – possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na Lei Maria da Penha. In: Rovinski, S.L.R.; Cruz, R. M. (orgs.), *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, p.129-144, 2009.

Beiras, A.; Cantera, L. M. Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: Blay, E. A. (org.), *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica/ Fundação Editora da UNESP, v. 1, p. 29-43, 2014. Disponível em: [www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl\\_id=458](http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=458)

Beiras, A. *La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas*. Tese de doutorado em Psicologia Social. Barcelona (Espanha): Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Psicologia Social, 2012. 352p. Disponível em [www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/117621/ab1de1.pdf?sequence=1](http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/117621/ab1de1.pdf?sequence=1)

Cantera, L. *Casais e violência: um enfoque além do gênero*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

Beiras, Adriano; Cantera, Leonor. Narrativas personales, construcción de masculinidades: aportaciones para la atención psicossocial a hombres autores de violencia. *Psico*, v. 43, n. 2, p. 251-259. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10023/8035>

Beiras, A. Experiencias internacionales y españolas de intervención con hombres para el cambio de las relaciones de género. In: Mateo, M. F. (org.), *Homes i Gènere. Polítiques públiques locals i la transformació de les masculinitats*. Barcelona: ICPS – Institut de Ciències Polítiques i Socials, v.1, p. 173-209, 2013.

Fernandez-Martorell, M. *Ideas que matan*. Barcelona: Ediciones Alfabia, 2012.

Jenkins, A. *Becoming ethical. A parallel, political journey with men who have abused*. Lyme Regis (Reino Unido): Russell House Publishing, 2009.

Muller, R. de C. F.; Beiras, A. Suplemento Masculinidades e Violência de Gênero: reflexões sobre o enfrentamento da violência no âmbito dos serviços de saúde. In: Promundo, CulturaSalud/EME, RedMas, Instituto Noos (orgs.), *Programa P. Manual para o exercício da paternidade e do cuidado*. Rio de Janeiro: Promundo, v. 1, p. 187-205, 2014.

Ponce-Antezana, A. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero, *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 42, p. 9-25, 2012.

Toneli, M. J. F.; Lago, M. C. S.; Beiras, A.; Clímaco, D. A. *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010. 248p.

Cortes, R. N.; Serra, J. M. *Intervención grupal en violencia sexista. Experiencia, investigación y evaluación*. Barcelona: Herder, 2011.

Funk, R.E. *Reaching men: strategies for preventing sexism and violence*. Jist Publishing, 2006.

### **Grupos ou ferramentas para o trabalho grupal centrado em diálogos:**

Bojer, M. M.; Roehl, H.; Knuth, M.; Magner, C. *Mapeando diálogos: ferramentas essenciais para a mudança social*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2008.

Fuks, S.; Rosas, E. V. A FSPC (Facilitação Sistêmica de Processos Coletivos) em grupos, organizações e comunidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 48, p. 8-23, 2014.

### **Como fazer perguntas:**

Andersen, T. *Processos reflexivos*. 2. ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora Noos, 1991.

Vasconcellos, M. J. E. O uso de perguntas como recurso para desencadear mudanças sistêmicas: articulando os múltiplos rótulos utilizados para diferentes formas de perguntar. In: Aun, J. G.; Vasconcellos, M. J. E. de; Coelho, S. V. *Desenvolvimento de práticas com a metodologia de atendimento sistêmico*, v. III. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, p. 186-209, 2010.

\_\_\_\_\_. Desenvolvendo a própria habilidade de usar as perguntas para desencadear mudanças do sistema. In: Aun, J. G.; Vasconcellos, M. J. E. de; Coelho, S. V. *Desenvolvimento de práticas com a metodologia de atendimento sistêmico*, v. III. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, p. 186-209, 2010.

\_\_\_\_\_. Exemplificando o uso de perguntas reflexivas na aplicação da Metodologia de Atendimento Sistêmico. In: Aun, J. G.; Vasconcellos, M. J. E. de; Coelho, S. V. *Desenvolvimento de práticas com a metodologia de atendimento sistêmico*, v. III. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, p. 186-209, 2010.

# Referências bibliográficas

- Acosta, F.; Andrade, A.; Bronz, A. *Conversas homem a homem: Grupo Reflexivo de Gênero. Metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.
- Anderson, T. *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 1994.
- \_\_\_\_\_. A linguagem não é inocente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 23, p. 19-26, 1994.
- Antezana Ponce, A. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjugues: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 42, p. 9-27, 2012.
- Anderson, H.; Goolishian, H. O cliente é o especialista. Uma abordagem para a terapia a partir de uma posição de NÃO SABER. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 3, p. 8-24.
- Beiras, A.; Cantera, L. M. Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: Blay, E. A. (org.), *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 29-43, 2014.
- Beiras, A. Grupos de homens autores de violência – possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na Lei Maria da Penha. In: Rovinski, S. L. R.; Cruz, R. M. (orgs.), *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, p. 129-144, 2009.
- Beiras, A.; Moraes, M.; Alencar-Rodrigues, R. de; Cantera, L. M. Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), p. 36-45, 2012. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000100005&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0102-71822012000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100005&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0102-71822012000100005). Acessado em: 26/04/2015.
- Beiras, A. *La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas*. Tese de doutorado em Psicologia Social. Barcelona (Espanha): Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Psicologia Social, 2012. 378p.
- Beiras, A. Experiencias internacionales y españolas de intervención con hombres para el cambio de las relaciones de género. In: Mateo, M. F. (org.), *Homes i Gènere. Polítiques públiques locals i la transformació de les masculinitats*. Barcelona: ICPS – Institut de Ciències Polítiques i Socials, v.1, p. 173-209, 2013.
- Bertalanffy Von, L. *Teoria Geral dos Sistemas. Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
- Blay, E. A. (Org.). *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 29-44, 2014. Disponível em: [www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl\\_id=458](http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=458)
- Bronfenbrenner, U. Toward an Experimental Ecology of Human Development. *American Psychologist*, 32, p. 523-531, 1977.
- \_\_\_\_\_. *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

- \_\_\_\_\_. Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research Perspectives. *Developmental Psychology*, 22, p. 723-742, 1986.
- Bronz, A. *Redundância, reflexão e violência*. Monografia de conclusão de curso de especialização em terapia de família (não publicada). 2005.
- Burr, V. *Introducció al construccionisme social*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 1996.
- Butler, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Bodies that Matter. On the Discursive Limits of "sex"*. Nova York: Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_. Regulaciones de género. *Revista de Estudios de Género La Ventana*, 23, p. 7-35, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia*. Barcelona: Paidós, 2006b.
- \_\_\_\_\_. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 2007.
- Corradi-Webster, C. M. Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In: Guanaes-Lorenzi, C.; Moscheta, M.; Corradi-Webster, C. M.; Souza, L. V. (orgs.), *Construccionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, p. 73-87, 2014.
- Edleson, J. F.; Tolman, R. M. *Intervention for Men who Batter. An Ecological Approach*. Londres: Sage, 1992.
- Freire, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- Fuks, S.; Rosas, E. V. A FSPC (Facilitação Sistêmica de Processos Coletivos) em grupos, organizações e comunidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 48, p. 8-23, 2014.
- Garda Salas, R. *Intervención integral con hombres que ejercen violencia contra su pareja. Análisis de modelos y lineamientos de trabajo*. México, D.F.: Hombres por la Equidad, A. C./Indesol/Sedesol, 2009.
- Gergen, K.; Gergen, M. *Construccionismo social. Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.
- Gergen, K. *An Invitation to Social Construction*. Londres: Sage, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Feminist Reconstructions in Psychology. Narrative, Gender, and Performance*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage, 2001.
- Grandesso, M. *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- Guanaes-Lorenzi, C.; Moscheta, M. S.; Corradi-Webster, C.; Souza, L. V. *Construccionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.
- Ibañez, T. G. *Psicología social construccionista*. México: Universidad de Guadalajara, 2001.
- Izquierdo, M. J. Uso y abuso del concepto de género. In: Vilanova, M. (org.), *Pensar las diferencias*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias. p. 31-53, 1994.
- Krug, E. G.; Dahlberg, L. L.; Mercy, J. A.; Zwi, A.; Lozano, R. *World Report on Violence and Health*. Genebra: World Health Organization, 2002.
- Laqueur, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Ludewig, K. *Bases teóricas de la terapia sistêmica*. México, DF: Herder, 2010.
- Ministério da Saúde/ Violência Intrafamiliar – Orientações para a Prática em Serviço/ Cadernos de Atenção Básica, 2. ed., n. 8. Brasília, DF: p. 28, 2003.
- Maturana, R. H.; Varela, F. *El árbol del conocimiento*. Santiago, Chile: Editorial Universitaria, 1993.

- Morin, E. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1994.
- Moscheta, M. S. A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In: Guanaes-Lorenzi, C.; Moscheta, M.; Corradi-Webster, C. M.; Souza, L. V. (orgs.), *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, p. 23-47, 2014.
- Nogueira, C.; Neves, S.; Barbosa, C. Fundamentos construcionistas sociais e críticos para o estudo do gênero. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, p. 1-15, 2005.
- Nogueira, G. N. Los “hombres” en los estudios de género de los “hombres”: un reto desde los estudios *queer*. In: Rodríguez, J. C. R.; Vázquez, G. U. (orgs.), *Masculinidades. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres*. Madri: Plaza y Valdés, p. 43-57, 2009.
- Oliveira, K. N. L. C. de. *Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro: sobre violências conjugais contemporâneas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- Rasera, E. F.; Japur, M. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paideia*, 30(15), p. 21-29, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor, 2007.
- Roure, J. G. Domestic Violence in Brazil: Examining Obstacles and Approaches to Promote Legislative Reform. In: Columbia Human Right Law Review, p. 67-97, 2009.
- Scott, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16(2), p. 5-19, 1990.
- Toneli, M. J. F.; Lago, M. C. S.; Beiras, A.; Clímaco, D. A. *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010. 248p.
- Vasconcelos, M. J. E. de. *Pensamento Sistêmico. O novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus, 2003.